

SEDE:
Rua Álvares Cabral, 306
4050-040 PORTO
Telefone: 22 340 22 00
Fax: 22 340 22 97
www.aiccopn.pt
E-mail: geral@aiccopn.pt



AICCOPN

Associação dos Industriais da Construção
Civil e Obras Públicas

SEMINÁRIO *economia* da **construção** 26 março 04

DOSSIER DE CONTEÚDOS



ÍNDICE

Programa	2
Apresentação e Síntese	3
SESSÃO DE ABERTURA	7
<i>Discurso proferido pelo Senhor Presidente da AICCOPN, Rui Viana</i>	7
<i>Discurso proferido pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, Dr. Franquelim Alves</i>	9
PAINEL 1: CONTEXTO FISCAL, ECONÓMICO E DE REGULAÇÃO	15
Intervenção de Dr. Emanuel Lima, Economista da DGCI	15
Intervenção de Prof. Doutor Eduardo Catroga, Professor do ISEG	18
Intervenção de Dr. ^a Teodora Cardoso, Consultora do BPI.....	22
Intervenção de Eng.º Ponce Leão, Presidente do IMOPPI	27
PAINEL 2: CONSTRUÇÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES	29
Intervenção de Eng. ^a Cristina Valente de Almeida, Directora do ICEP	29
Intervenção de Eng. José Teixeira Monteiro, Presidente do INH.....	31
Intervenção de Eng.º Luís Mira Amaral, Vice-Presidente da CGD.....	33
SESSÃO DE ENCERRAMENTO	37
Intervenção de Dr. Arlindo Cunha, Presidente da CCDR-N	37
Discurso proferido pelo Senhor Presidente da AICCOPN, Rui Viana	40
Intervenções de D. Serafim Abílio, Presidente da Confederação Asturiana da Construção e Presidente do CCNI e de D. Manuel Martinez, Coordenador-Geral da FICNI	43
Discurso proferido pelo Secretário de Estado das Obras Públicas, Eng. Jorge Costa	44

Programa

9h00m Recepção e Entrega de Documentação	
9h30m Sessão de Abertura	
Rui Viana <i>Presidente da AICCOPN</i>	
Dr. Franquelim Alves <i>Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia</i>	
<u>Painel 1: Contexto Fiscal, Económico e de Regulação</u>	<u>Painel 2: Construção: Desafios e Oportunidades</u>
Moderador	Moderador
Dr. Ricardo Guimarães <i>Economista da AICCOPN</i>	José Manuel Rocha <i>Editor de Economia do jornal Público</i>
10h00m - As Principais Implicações do OE'2004	14h00m - Ganhar Quota Internacional
Dr. Emanuel Lima <i>Economista da DGCI</i>	Eng.ª Cristina Valente de Almeida <i>Directora do ICEP</i>
10h30m - Intervalo para Café	14h30m - O Mercado da Reabilitação Urbana
10h45m - Portugal e o Pacto de Estabilidade e Crescimento	Eng.º José Teixeira Monteiro <i>Presidente do INH</i>
Prof. Doutor Eduardo Catroga <i>Professor do ISEG</i>	15h00m - A Construção no Crescimento Económico
Dra. Teodora Cardoso <i>Economista, Consultora do BPI</i>	Eng.º Luís Mira Amaral <i>Vice-Presidente da CGD</i>
11h45m - A Regulação e o Desempenho Empresarial	15h30m - Debate
Eng.º Hipólito Ponce Leão <i>Presidente do IMOPPI</i>	15h45m - Intervalo para Café
12h15m – Debate	16h00m - A “Construção” da Competitividade da Região Norte
12h30m – Intervalo para Almoço	Dr. Arlindo Cunha <i>Presidente da CCDR–Norte</i>
	16h30m - Sessão de Encerramento
	Rui Viana <i>Presidente da AICCOPN</i>
	Eng. Jorge Costa <i>Secretário de Estado das Obras Públicas</i>

Apresentação e Síntese

Ricardo Guimarães

Responsável pelos Serviços de Economia

O sector da construção pode, actualmente, ser caracterizado por duas palavras: mudança e incerteza.

A recente evolução do mercado de obras públicas, marcada por uma redução do volume de investimentos e pela sua abertura a empresas estrangeiras (leia-se espanholas), obriga as empresas do sector a promover crescentes esforços de incremento de competitividade, que têm de ser realizados de forma continuada, mercê da permanente pressão motivada pela concorrência. Essa “iberização” do mercado induz à homogeneização de tecnologias, reduzindo o *gap* de produtividade do sector face à média comunitária (conforme referido pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia), por força de uma maior *standardização* da produção, envolvendo mais pré-fabricação e planeamento da construção, optimizando a afectação dos recursos envolvidos.

A acção do Governo consubstanciada, por exemplo, na criação da Autoridade para a Concorrência e na revisão (ainda em curso) dos diplomas que regulam o sector (desde logo o relativo ao Acesso e Permanência na Actividade e o Regime de Empreitadas de Obras Públicas), incide sobre os fundamentos da concorrência do mercado, criando as condições legais para fomentar a transparência do sector e contrariando a informalidade, com vista a diminuir a concorrência desleal, estimulando a eficiência e as melhores práticas. No mesmo sentido, a estratégia do IMOPPI quanto ao estabelecimento de redes de comunicação com autarquias e Ministério das Finanças, possibilita uma acção inspectora leve mas de elevada eficácia, o que releva para um cenário em que, segundo o Secretário de Estado das Obras Públicas «se estima que quase 17.000 empresas estejam a operar no mercado sem habilitação para tal».

A actual política de contenção orçamental e a recessão especialmente vivida em Portugal constituem o mote para o adiamento do investimento público e privado em construção, moldando um quadro de expectativas negativas quanto ao desempenho futuro do sector,

pondo em causa a viabilidade das empresas financeiramente mais débeis, fazendo da simples partilha de riscos, através da cooperação empresarial, ou de outras formas mais profundas de coordenação empresarial, temas do dia.

O alargamento da UE aos países de leste, a abertura dos mercados do Magreb, assim como o desenvolvimento dos do Brasil e Angola ou, ainda, o despontar do mercado da reabilitação urbana que, segundo o Presidente do INH vale cerca de 27 mil milhões de euros, surgem como novas oportunidades de negócio, constituindo novos desafios que implicam novas competências, numa perspectiva de diversificação da actividade e numa resposta ao repto lançado pelo Secretário de Estado das Obras Públicas, quando afirmou que «o sector não pode apenas depender dos concursos que são lançados pelo Estado». A este nível, refira-se o actual movimento no sentido de facilitar a internacionalização das empresas, nomeadamente as de construção que, segundo o ICEP, representam já um volume de exportações de serviços na ordem do 600 milhões de euros.

Sobre tantas pressões no sentido da mudança, surgem outras tantas contradições associadas à interpretação do papel do sector, pondo em causa a linearidade das conclusões. A pertinência da abordagem ao Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) justifica-se pelo papel enquadrador que desempenha na prossecução da política orçamental portuguesa, em especial, pelos seus efeitos no investimento público. Reiterado por ambos os oradores convidados, o Prof. Doutor Eduardo Catroga e a Dr.^a Teodora Cardoso, fica claro que, antes de mais, a política orçamental deve ser contra-cíclica (“arrefecendo” quando a economia está “sobre-aquecida” e “aquecendo” quando está “arrefecida”), sendo a estabilidade uma necessidade «com ou sem pacto», nas palavras da economista. Porém, qual tem sido o papel do PEC nesse desiderato? Não evitou o sobre-aquecimento económico e não forçou a introdução de reformas quando havia margem para as efectuar, levando a que tais ajustamentos se fizessem quando era menos desejável (sem que por isso fossem menos necessários). Por motivos históricos, o défice público acabou por ser o indicador chave do pacto, ao contrário da dívida pública. Para aqueles economistas, o rácio da dívida deveria ter maior relevo na análise da situação de cada Estado-membro, até porque o enfoque no défice, conforme enfatizado pelo ex-Ministro das Finanças, inibe a realização de reformas que impliquem custos no curto prazo (que são a maioria), incentivando o recurso a práticas de contabilidade criativa.

Esta reflexão releva para o sector da construção, porquanto Portugal tem um problema de défice (excluindo as receitas extraordinárias em 2003 terá sido de cerca de 5%), mas tem uma dívida na ordem do 60% (ou seja, dentro dos limites definidos pelo Pacto). Quanto à dívida, como referido pelo Prof. Eduardo Catroga, «os países com dívida pública mais moderada deverão ter alguma folga para o reequilíbrio orçamental», ao mesmo tempo que, num quadro de efectiva consolidação orçamental, deve permitir-se que os «défices públicos sejam superiores na fase de abrandamento e recessão e sejam nulos nas fases favoráveis do ciclo económico» para, assim, «libertar recursos para as áreas estratégicas do investimento público».

Ora, ao longo do combate ao défice o sector da construção foi apontado como um nos quais era imperioso cortar, por força da impossibilidade de manter os níveis de investimento público. Porém, o Governo, pela voz do Primeiro-Ministro, aquando do balanço dos dois primeiros anos de governação, ao lançar as novas preocupações do executivo, citou como primeira prioridade o investimento em saneamento básico, até porque, conforme enunciado pelo Presidente da CCDR-N, o Dr. Arlindo Cunha, essa é uma imposição ditada pela própria Comissão Europeia.

Nas palavras do Secretário de Estado das Obras Públicas «são poucas as áreas em que o progresso se tenha feito sentir nas últimas décadas e em que o sector da construção não tenha estado presente, dando o seu contributo para a materialização das legítimas aspirações da sociedade em geral». Por outro lado, a Dr.^a Teodora Cardoso refere mesmo que (apesar de haver outras componentes de investimento que devam ser privilegiadas, como a formação de recursos humanos) «o défice total deve excluir algumas despesas de investimento, porque o actual princípio que a União Europeia consagrou no PEC leva a prazo à anulação da dívida pública, (...) o que não é o objectivo na cabeça de ninguém a começar pelos mercados financeiros internacionais, para quem tal é inimaginável». Da mesma forma, o Eng.^o Mira Amaral se, por um lado, deixou bem claro que há mudanças que devem ser encaradas, importando «estarmos conscientes do [actual] padrão de desenvolvimento do sector da construção e obras públicas em Portugal» (como referido pelo Secretário de Estado das Obras Públicas), também aludiu, por exemplo, ao papel

fundamental que o mercado habitacional desempenhou no pós-11 de Setembro, com reflexos no consumo privado americano e, por essa via, na economia mundial.

A desejada revisão do regime de arrendamento urbano, a entrada em vigor do novo regime de reabilitação urbana, o anúncio de novas obras públicas por parte do Secretário de Estado, segundo o qual já «em 2004 vão iniciar-se obras no sector rodoviário no valor de 1.690 milhões de euros, no aeroportuário no valor de 118 milhões de euros e no portuário no valor de 262 milhões de euros», juntando-se ainda «os 403 milhões de euros que o Metro do Porto vai investir só este ano» (tudo totalizando cerca de 70% das obras públicas realizadas em 2003, sendo esta comparação limitada por se desconhecer a programação temporal dessas verbas), são alguns sinais que importa atender num sector que, como salientado pelo Presidente da AICCOPN, «no cômputo dos anos 2002 e 2003, viu o Valor Acrescentado Bruto ter uma queda real de 14,9% (quase 700 milhões de euros), sendo directamente responsável por 54% da queda do PIB registada em 2003».

Por tudo isto o Seminário – Economia da Construção apresenta-se como um espaço privilegiado de reflexão, promovido na consciência de que, em mudança e em incerteza, para o sector a informação assume um papel chave, nomeadamente para a formação de expectativas futuras. O assunto é infundável, o que justifica que esta tenha sido a primeira edição de um evento que se renovará anualmente. A variedade dos temas abordados e o prestígio dos oradores chamados a intervir garantem a sua qualidade e pertinência. Para a AICCOPN, esta é uma iniciativa que se enquadra na sua estratégia de contribuir para o sucesso das empresas suas Associadas, a exemplo, aliás da sua intervenção no CCNI – Conselho da Construção do Noroeste Ibérico, entidade no âmbito da qual colabora com as congéneres da Galiza, Astúrias, Cantábria e Castela e Leão.

No mesmo sentido, a realização do presente *dossier* constitui uma transcrição feita pelos Serviços de Economia, visando fazer chegar a todos os Associados os principais conteúdos proferidos ao longo do seminário. Neste documento as várias comunicações surgem pela ordem do programa, sendo integralmente transcritos os discursos oficiais.

SESSÃO DE ABERTURA

Discurso proferido pelo Senhor Presidente da AICCOPN, Rui Viana

Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia,

Ilustres oradores,

Senhores convidados,

Membros dos Órgãos Sociais da AICCOPN,

Caros Associados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Uma palavra de boas-vindas em especial ao Senhor Secretário de Estado, cuja presença muito nos honra.

Permitam-me que inicie esta breve introdução manifestando a nossa satisfação pela realização deste evento, quer pela qualidade de todos os intervenientes, quer pela relevância e actualidade dos temas que serão postos a debate.

Este Seminário, Economia da Construção, visa criar um espaço de reflexão sobre os assuntos estruturantes que determinam o futuro do sector da construção. Para a AICCOPN, a realização deste seminário constitui um acto estratégico chave, através do qual pretendemos dotar as empresas da informação mais relevante quanto à evolução do sector, que lhes permita a formação de competências para um posicionamento adequado no mercado.

Não pretendo alargar-me relativamente à descrição da actual situação económica do sector da construção que, como é sabido, enfrenta um cenário recessivo sem paralelo internamente e mesmo internacionalmente.

No cômputo dos anos 2002 e 2003, o Valor Acrescentado Bruto da construção teve uma queda real de 14,9%, muito para além de qualquer outro sector de actividade. Na União Europeia não se encontra registo de nenhum país com esse resultado, bem pelo contrário.

Basta citar o exemplo da economia espanhola, cujo desempenho se deve a uma permanente aposta neste sector, sem que isso signifique desequilíbrios orçamentais ou a não modernização do país.

Neste momento é fundamental saber qual o caminho a percorrer para que o sector desempenhe o papel que naturalmente lhe pertence na recuperação económica do país.

O Pacto de Estabilidade e Crescimento tem sido o quadro base da política económica do Governo português, sendo inquestionáveis os benefícios que advêm de um modelo assente no equilíbrio e na estabilidade. Porém, o que observamos é que o Pacto de Estabilidade e Crescimento é rico em mecanismos de sanção sendo parco em mecanismos de prevenção. É tão pernicioso permitir uma trajectória de descontrolo orçamental como forçar desmedidamente a sua correcção, agravando a recessão económica. São dois males que se acumulam, com a agravante de, perante a rigidez das despesas correntes do Estado, ser o investimento a componente mais afectada.

Contudo, Senhor Secretário de Estado, se a construção tem sido vítima da política orçamental, também o tem sido da política económica prosseguida, resultando na redução do VAB do sector da construção em quase 700 milhões de euros, sendo directamente responsável por 54% da queda do PIB registada em 2003!

Senhor Secretário de Estado, o abandono do sector está, da mesma forma, espelhado na sua exclusão da Reserva Fiscal para o Investimento, sob o pretexto da sua não inclusão entre os sectores de bens transaccionáveis. No entanto, esse entendimento está em contradição com o veiculado pelo ICEP, que no respectivo site inclui a construção entre os sectores exportadores de serviços. E na verdade assim é.

A AICCOPN, tentando suprir a incapacidade política para promover o desenvolvimento das Infraestruturas do Noroeste Ibérico, fundou com os parceiros da Galiza, Cantábria, Astúrias e Castela e Leão, em 2002, o Conselho de Construção do Noroeste Ibérico. Neste âmbito, está a desenvolver estudos onde se evidenciam as carências e se avançam com propostas para esta vasta região que representa cerca de 25% da Península Ibérica, quer em território, quer em população.

Estes nossos parceiros, estarão connosco, na parte de tarde, onde farão uma intervenção.

A AICCOPN é uma organização orientada para o futuro e para a modernização do sector. A sua participação empenhada no Programa SISCCOP, promovendo o surgimento de duas redes de cooperação empresarial, é um claro sinal de mudança de novas práticas de gestão, proporcionando ganhos de eficiência e partilha de risco. Igualmente com a criação do NEPE – Núcleo Empresarial de Promoção Externa, pode V. Exa. contar com a nossa disponibilidade e interesse em integrar qualquer parceria pública-privada que surja no seguimento dessa iniciativa, facilitando a internacionalização desta indústria.

Grato pela vossa atenção, desejo a todos um bom e proveitoso seminário.

Discurso proferido pelo Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, Dr. Franquelim Alves

Senhor Presidente da Direcção da AICCOPN,
Senhoras e Senhores Empresários,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Queria começar por agradecer o convite para estar presente na sessão de abertura deste seminário sobre Economia da Construção e felicitar a Associação por trazer à discussão questões que implicam uma reflexão profunda de todos os industriais do sector.

No caso português, o sector da construção assume um peso muito significativo na economia, representando em VAB 7,7% do PIB, contra um peso em Espanha de 7,4% ou na Alemanha de 5,7%. Em emprego o seu peso ainda é mais significativo, constituindo quase 11% do total do emprego, contra 9,3% em Espanha e 7,8% na Alemanha. Quanto aos vários sub-sectores da construção, o residencial representa cerca de 53% do VAB sectorial, o não residencial cerca de 18% e as obras públicas os restantes 29%, o que permite observar a importância das várias fontes de geração de valor ao nível dos diversos segmentos de construção.

No quadro do estudo realizado pelo Ministério da Economia, denominado por Portugal 2010, atendendo ao seu peso no VAB do sector, foi feita uma análise do sector da construção residencial. Foi identificado um conjunto de aspectos associados ao *gap* de produtividade que existe da economia nacional face à média europeia, fazendo-se um enfoque no sector. Das suas conclusões, extrai-se que aqui há algo a fazer. No que concerne à construção residencial identificou-se, por exemplo em relação aos Estados Unidos da América, um *gap* de 64 pontos percentuais, estando a justificação para tal associada a fenómenos de standardização na produção, nomeadamente envolvendo mais pré-fabricação e planeamento da construção, otimizando a afectação dos recursos envolvidos. Por cá ainda recorremos muito ao improvisado e à construção à medida e no local, o que propicia maior ineficiência na construção, facto que justifica cerca de 22% do *gap* citado. Adicionalmente, refira-se o planeamento e *design* do projecto, nível ao qual se associam outros 25% do *gap* de produtividade. Por outro lado, devem considerar-se outros aspectos ligados à escala da nossa economia (os quais são intransponíveis) e à intensidade da utilização de capital *versus* mão-de-obra.

Torna-se claro que há um desafio de acréscimos de produtividade que deve ser visto como boa notícia, pois depende de factores ultrapassáveis pelo sector em Portugal, nomeadamente por recurso a maior planeamento da construção. Tal, obviamente, não significa que o sector não tenha evoluído profunda e radicalmente nas últimas décadas, a exemplo de outros sectores que também tiveram transformações profundas do ponto de vista tecnológico. E, se isso foi feito partindo de patamares com muito maiores dificuldades, também hoje seremos capazes de dar novos saltos e vencer esses obstáculos.

O Governo tem preocupações nessa matéria e em relação ao sector, tal como em relação aos demais sectores, há a preocupação de tomar medidas de efeito no longo prazo, de natureza estrutural, abdicando de soluções mais fáceis e populares, mas que acentuariam os desequilíbrios no longo prazo. Daí o valor dado à simplificação da burocracia, nomeadamente em termos de processos licenciamento, quer da responsabilidade da administração local quer central. Nesta matéria há um trabalho de grande fôlego que está a ser feito, mas que não poder ser feito instantaneamente, nem tem resultados imediatos logo após a publicação de diplomas ou a tomada de decisões em Conselho de Ministros. O

sucesso dessa medida será, também, tanto maior quanto maior o nível de exigência dos agentes económicos que estão no terreno, exigindo prazos mais curtos, facto que faz deste tipo de seminários e intervenções críticas (como a do Sr. Presidente da Direcção da AICCOPN) bastante valiosas, sendo benéfico para todos, a começar pelos governantes, haver esse espírito crítico.

Há uma outra frente que considero muito importante para o apoio ao sector da construção que é a liberalização do mercado da habitação, nomeadamente na vertente do mercado de arrendamento. É uma matéria discutida há décadas e é um factor que, do ponto de vista da competitividade, nos é desvantajoso. O negócio das reabilitações é ainda muito incipiente, exactamente devido ao congelamento das rendas. Daí que a liberalização do arrendamento irá dinamizar essa vertente do mercado e criar novos espaços de oportunidade para o sector. Estamos num ponto em que a aposta no parque novo irá, no mínimo, desacelerar e haverá uma maior aposta na remodelação e *up-grading* do parque já existente.

Da mesma forma, há inevitavelmente grandes projectos que continuarão a surgir, nomeadamente ao nível do transporte ferroviário, o que induzirá níveis de procura de serviços de construção significativos, assim como outros projectos como sejam as novas centrais hídricas de produção de energia porque (apesar da discussão sobre a matéria) para o Governo é claro que temos de apostar na construção de novas barragens na medida em que temos um recurso disponível, que é a água, que deve ser valorizado.

Todos temos de reconhecer que o ideal seria manter os níveis de investimento público do passado, mas há que ser objectivo e frio na análise e, como os senhores empresários sabem, em qualquer empresa um mau investimento tem como consequência a destruição de valor e, em Portugal, tivemos nos últimos anos um desperdício sucessivo de capital, nomeadamente público, com descontrolo da despesa e do investimento, não gerido com rigor e disciplina. A consequência é um impacto que não é em dois anos que será ultrapassado.

Temos a confluência de uma situação internacional extremamente desfavorável, em especial na Europa, com as consequências de políticas económicas que levaram a um “despesismo” e descontrolo que impõem uma grande contenção da despesa e um grande esforço de

reequilíbrio das contas públicas, como condição para uma situação mais saudável do ponto de vista económico. Note-se que, fora do euro, hoje em dia Portugal teria taxas de juro acima do 10% e inflação elevadíssima, o que seria bem mais grave do que as consequências da actual política pública.

Percebendo as preocupações de todos os sectores, há que entender que estamos a fazer uma política que não sendo popular, é aquela que, do ponto de vista do país, é fundamental para assegurar o seu futuro e competitividade.

Para o Governo, quem é mais eficiente a gerir os recursos dos países são os empresários e os cidadãos, o que releva para a prossecução de uma política que liberte recursos para esses agentes económicos, reduzindo a despesa pública e baixando impostos. É isso que se pretende, malgrado poder haver efeitos de curto prazo que, por vezes, não são os ideais. Mas ninguém trabalha para o curto prazo, muito menos os empresários.... Porém, não se deve esquecer que é possível pegar em séries estatísticas mais ou menos longas para observar a realidade e se, tal como é verdade que nos últimos dois anos houve um grande decréscimo do investimento público, também nos anos anteriores terá havido um acréscimo acima da média europeia. A análise deve assumir um ponto de vista mais longo para se poder avaliar adequadamente em que caminho estamos e o Governo entende que está no bom caminho. Se invertêssemos esta política iríamos acentuar desequilíbrios estruturais. A nossa preocupação é, acima de tudo, criar factores de competitividade da indústria portuguesa, os quais se conseguem através de políticas fiscais agressivas do ponto de vista da tributação e da contenção da despesa pública.

Para isso contribui, também, um adequado quadro de regulação da concorrência, o qual está já no terreno, permitindo salvaguardar as boas práticas concorrenciais, assegurando regras claras de *fairness*, o que também é importante pois em Portugal temos normalmente problemas de concorrência não transparente, nomeadamente por força da evasão fiscal e da economia paralela ou do abuso de posição dominante.

O Governo tem prosseguido um processo agressivo de privatizações, que só não terá continuado tão rapidamente por força da situação adversa do mercado de capitais, mas havendo sectores em que o Estado tem algum peso, há que libertar fundos e “entregar” as

empresas ao sector privado, onde serão melhor geridas. Quanto ao investimento estrangeiro, o esforço que tem sido feito ainda não deu os resultados ideais, por força do quadro internacional. Porém, em termos relativos tem tido bastante êxito, pois deve atender-se à actual recessão internacional que não ocorreu até 2000. A API tem tido um sucesso muito significativo na detecção de oportunidades, sendo esta uma política indutora de efeitos de multiplicação do crescimento económico do país.

A redução da burocracia, a reforma da administração pública e o Governo electrónico são apostas de fundo e que têm de ser ganhas, até por força da rigidez da despesa pública. A sua concretização terá de ter lugar, seja por força de uma sociedade civil que impõe e exige essa transformação, ou em consequência do alargamento da UE que, a partir de Maio terá mais 10 novos países, com elevados níveis de competitividade. Esta nova realidade europeia irá, a bem ou a mal, forçar a essa transformação...

Quanto à inovação, Portugal tem de ser cada vez mais uma economia sustentada não na mão-de-obra barata mas no conhecimento e na propriedade intelectual. Também aqui tem havido grandes progressos nos últimos anos. Já temos áreas de excelência que têm de ser aprofundadas, sendo para tal fundamentais os programas de inovação que este Governo tem vindo a adoptar, abarcando quer sectores de tecnologia avançada quer os tradicionais como o têxtil ou a própria construção civil. Neste caso, há processos que impõem a inovação, por exemplo no que concerne com a eficiência energética ou com a utilização da electrónica no planeamento das construções. Essas medidas têm um impacto cada vez mais profundo na qualidade de vida da sociedade, nomeadamente por força de menores consumos de energia. Tudo isso significa que erguer uma casa é cada vez menos erguer paredes e betão, tendo cada vez mais que ver com capital intelectual e tecnologias assentes na inovação.

Na área da exportação, refira-se a aposta no NEPE – Núcleo Empresarial de Promoção Externa, como resultado da ligação entre os objectivos empresariais e as políticas oficiais, pretendendo-se que esse núcleo seja um elemento de charneira na identificação dos eixos estratégicos do sector da exportação. Essa é uma dimensão fundamental do nosso ganho de competitividade, pois temos de pensar para além do pequeno rectângulo português, muito em especial quando as empresa têm sido capazes de demonstrar que são tão boas ou

melhores do que as de outros países, até porque em muitos casos alcançam êxitos em contextos mais adversos, com menos capital, menos músculo financeiro, mas recorrendo à sua imaginação e pragmatismo, ganhando em situações difíceis.

Gostaria de dizer que, num momento de algumas dificuldades, com uma crise internacional profunda, especialmente na Europa, há que ter uma atitude positiva. A experiência portuguesa das últimas décadas provou que, partindo de um ponto muito mais difícil como era aquele que tínhamos quando entramos na UE, estamos hoje onde estamos, completamente diferentes do ponto de vista da nossa tecnologia, grau de competitividade, formação da mão-de-obra e do conhecimento, muito em especial da juventude, sendo esse salto que demos por nós próprios que deve ser hoje a nossa referência. Os empresários estão habituados aos ciclos económicos e sabem que a seguir a fases difíceis vêm bons períodos.

Queria deixar uma mensagem de optimismo e desejar que este debate, com um painel tão rico de oradores, seja importante do ponto de vista das reflexões sobre os desafios deste sector, ficando disponível para receber as conclusões deste debate, porque é fundamental que haja um diálogo profundo entre o Governo e as empresas, visando soluções de consenso que, enquadradas nas limitações que existem, respondam aos anseios dos empresários deste sector.

Muito obrigado pela vossa atenção.

PAINEL 1: CONTEXTO FISCAL, ECONÓMICO E DE REGULAÇÃO

Intervenção de Dr. Emanuel Lima, Economista da DGCI

As Principais Implicações do OE'2004

O Dr. Emanuel Lima trouxe ao seminário as principais alterações do Orçamento do Estado para 2004, tendo na sua intervenção começado por apresentar uns slides com dados estatísticos com a previsão das receitas fiscais para o ano de 2004.

Atendendo aos números apresentados no relatório do Orçamento do Estado, a previsão de receitas fiscais para 2004 ascende a 28.389 milhões de euros representando, face à estimativa de execução para 2003, um acréscimo de 3,5%. Este acréscimo é justificado quer pelos impostos directos (IRS e IRC), com um aumento previsto de 1,6%, e pelos impostos indirectos, com um incremento de 4,7%. Subjacente a este crescimento está o cenário macro-económico apresentado pelo Governo naquele relatório do OE, bem como as medidas legislativas que se pretendem introduzir através da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro (do OE para 2004) que têm repercussões na receita fiscal.

Deste modo, no sistema fiscal português continua-se com a predominância dos impostos indirectos, nomeadamente IVA e impostos sobre o consumo que contribuem de uma forma mais forte do que os impostos directos, como aliás vem acontecendo tradicionalmente.

Ao nível da previsão da receita do IRS pode verificar-se que as liquidações das declarações provenientes dos rendimentos de trabalho dependente (categoria A) e das pensões (categoria H) assumem um valor semelhante ao das liquidações das declarações dos rendimento de outras categorias do IRS, sendo o facto revelador de que os rendimentos das restantes categorias começam a pesar mais na receita do IRS do que anteriormente.

No que se refere à composição da receitas provenientes do IRC, um valor de destaque é o referente aos pagamentos por conta que levam a maior fatia, logo seguido das auto-liquidações, estas já influenciadas pelos próprios pagamentos por conta.

Referindo de seguida as principais medidas que constam da Lei do OE para 2004, o orador começou por mencionar a redução da taxa do IRC de 30% para 25% para rendimentos a declarar em 2005 relativos ao ano de 2004 que, segundo o Governo, visa criar condições para tornar a economia portuguesa mais competitiva.

De seguida foram apresentadas outras alterações das medidas fiscais, nomeadamente ao nível das taxas de tributação autónoma. No que concerne (1) a despesas de representação, (2) a despesas com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, bem como (3) a despesas com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas cujo valor de aquisição seja superior a 40.000€ ou que sejam relativas a sujeitos passivos com prejuízos fiscais nos dois últimos exercícios, as taxas terão agora um valor fixo de respectivamente 6%, 6% e 15%, tendo assim deixado de estar indexadas à taxa geral do IRC.

Outra alteração relevante prende-se com o pagamento especial por conta (PEC) que, face à polémica que teve em 2003, justificou para 2004 um conjunto de alterações significativas, designadamente na base tributável considerada na fórmula de cálculo que, para 2004, deixa de contar com os proveitos e ganhos, para passar a considerar o volume de negócios apresentado pela empresa. A percentagem para efeitos de cálculo do PEC é na mesma de 1%, mas são alterados os limites, nomeadamente o máximo, o qual vai situar-se em 40.000€, valor este bastante inferior face definido para 2003 (200.000€). As regras de recuperação do PEC mantêm-se, isto é, são as mesma preconizadas na reforma fiscal de 2001 que referia a dedução à colecta no próprio exercício ou até ao 4º exercício seguinte, sendo que, não sendo possível a sua recuperação por reembolso, pode transformar-se num pagamento efectivo, a menos que a empresa preencha determinados requisitos exigidos para conseguir o reembolso, designadamente o respeito de rácios de rentabilidade a publicar pelo Ministério das Finanças e solicite um pedido de inspecção às suas próprias expensas.

As alterações à Lei Geral Tributária (LGT) também mereceram destaque, nomeadamente no que se prende com aquilo que o legislador considera como sendo manifestações de fortuna. Assim, foi adicionada à lista de manifestações de fortuna prevista no artigo 89º-A da LGT os suprimentos e empréstimos efectuados pelo sócio à sociedade, ou por qualquer elemento do seu agregado familiar, desde que atinjam um valor igual ou superior a 50.000€. Estes

suprimentos vão servir de base à consideração de um rendimento padrão para efeitos de IRS, o qual que será calculado com base em metade (50%) do valor anual dos suprimentos. Nestes casos, a Administração Fiscal pode proceder a uma avaliação indirecta da matéria colectável, isto é, não baseada nas declarações, e isto pode acontecer quando não tenha sido apresentada declaração de rendimentos e o contribuinte evidencie estas manifestações de fortuna, ou ainda, quando o sujeito passivo declare rendimentos que mostrem uma desproporção superior a 50% para menos, em relação ao rendimento padrão da tabela.

Em matéria de IRS não há grandes novidades, sendo de salientar apenas alguns aspectos relacionados com a actualização dos escalões das taxas, das deduções e benefícios fiscais em 2%, existindo mesmo situações de benefícios fiscais que não foram actualizados mantendo-se, em 2004, os valores fixados para 2003.

No caso do IVA não há grandes alterações, sendo de salientar a simplificação de procedimentos na isenção de bens importados e destinados a outros Estados-membro da UE. Uma outra situação de alteração prende-se com as condições de tempo relacionadas com o direito à dedução do IVA, sendo que agora este pode ocorrer em qualquer altura, não tendo que respeitar o prazo previsto no artigo 22º do CIVA. Nestes termos, o direito à dedução pode ser considerado numa declaração respeitante a um período posterior (por exemplo, mês de Março de 2004) àquele em que se constituiu (por exemplo, mês de Novembro de 2003), não sendo agora exigido, como anteriormente o era, entregar uma declaração de substituição, permanecendo, no entanto, em alguns casos, as limitações reguladas no artigo 71º do CIVA.

Uma outra situação em matéria de IVA prende-se com a obrigação declarativa anual dos mapas recapitulativos, cujo valor das operações a mencionar foi reduzido para metade (25.000€), sendo de destacar que este novo limite já se aplica aos mapas de 2003 que deverão ser entregues até Junho de 2004.

Por último, o orador referiu resumidamente as novas regras do regime de tributação dos combustíveis líquidos aplicável aos revendedores, as quais se aplicarão às empresa do sector da construção que eventualmente possuam depósitos de combustíveis e vendam esse produto a outras empresas e operadores.

Intervenção de Prof. Doutor Eduardo Catroga, Professor do ISEG

Portugal e o Pacto de Estabilidade e Crescimento

No seu discurso o Professor Eduardo Catroga dirigiu-se aos empresários presentes, enunciando os principais aspectos que considera necessários para tornar o nosso país mais competitivo. Atendendo ao teor da sua comunicação, faz-se uma síntese em discurso directo.

«O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) deriva do enquadramento macro-económico que é fixado no próprio Tratado da União Europeia (UE), no qual os decisores políticos consideraram que uma política monetária e uma política orçamental orientadas para a estabilidade de médio e longo prazo constituía a melhor via para o crescimento económico sustentado. Apesar da política orçamental continuar a ser realizada a nível nacional, no quadro de uma moeda única exige-se uma coordenação das políticas orçamentais de cada Estado-membro. Mas, para permitir essa coordenação, definiram-se regras que derivam do tal enquadramento da política macro-económica da UE. O Conselho Europeu de 17 de Julho de 1997 aprovou o PEC, implementando um sistema de alertas e sanções, entre as quais consta a famosa regra dos 3% do défice público.

Quais eram os objectivos? Os objectivos centravam-se na necessidade de salvaguardar o bom funcionamento da moeda única, dotando as Finanças Públicas de sustentabilidade de médio e longo prazo, evitando repercussões negativas na estabilidade da moeda e nas taxas de juro (nomeadamente nas de longo prazo), permitindo a criação de condições para o crescimento económico sustentado.

Tudo correu razoavelmente bem na União Europeia até ao ano 2000. Os problemas vieram à superfície a partir do ano 2001 com o abrandamento da actividade económica e a recessão. Quando as economias europeias começam a crescer 2%, ou no máximo 3%, o actual nível de despesa pública torna-se muito mais difícil de financiar, exercendo uma elevada pressão fiscal sobre os cidadãos e as empresas. Assim, uma raiz do problema é o facto de terem

aumentado as despesas correntes sem juros, onde temos os salários com o pessoal da função pública, o consumo público total, as transferências, as pensões, etc.

Outra raiz do problema está na desaceleração das taxas de crescimento da riqueza produzida. Enquanto que a despesa pública continuou sempre a subir, o potencial de crescimento do país está numa fase decrescente. Tal é perfeitamente natural pois, quando na década de 60, ao nível do PIB per capita, nós estávamos entre 30 a 40% da média europeia, era mais fácil crescer do que quando, como hoje, estamos na casa dos 70%. Portanto, é um problema de PIB potencial, de produtividade e de emprego, que tem crescido pouco apesar da imigração, etc. Se a economia estivesse a crescer a 5%, tudo era mais facilmente “gerível”. Agora, se a economia europeia e a economia portuguesa têm um potencial de crescimento entre 2,5 e 3%, se pensarmos nas tendências estruturais, tal é um potencial de crescimento fraco para um nível tão elevado da despesa pública.

Da mesma forma, outra raiz do problema está nos Governos. O Dr. Manuel Pinho, que é um economista do Banco Espírito Santo, apresentou recentemente um quadro em que fez uma comparação da variação do saldo primário ajustado do ciclo e a variação do *output gap* (*nota AICCOPN: o output gap é positivo se a economia cresce acima do seu potencial e negativo caso contrário*). Fez isso para medir se as políticas orçamentais estavam correctas, ou seja, se éramos expansionistas na fase de recessão, ou se eram incorrectas, ou seja, se éramos expansionistas na fase de expansão (*nota AICCOPN: a política orçamental deve ser anti-cíclica, alisando o ciclo económico, o que significa ser expansionista em períodos de recessão e ser contraccionista em fases de expansão*). O que o Dr. Manuel Pinho concluiu foi que, efectivamente, em 91, 96, 97, 99, 2000 tivemos uma política expansionista pró-cíclica. Nessa análise ele diz que, em 1995, eu tive uma política contraccionista anti-cíclica (o que significa tirar partido do crescimento económico para reduzir a despesa pública no PIB). Hoje a realidade é esta. Independentemente dos Governos, tem havido, com especial ênfase nos anos 96, 97, 98, 99 e 2000, políticas erradas, erradamente expansionistas. Naturalmente, depois vem a ressaca, que é o que hoje estamos a passar.

Atendendo às tendências demográficas futuras, haverá uma contínua pressão para o aumento das despesas públicas. Um estudo recente da Direcção Geral de Economia e Finanças da União Europeia conclui que, efectivamente, em função das despesas de saúde

e pensões, as chamadas despesas relacionadas com a idade vão subir de forma muito acentuada e progressiva. Neste cenário, é fundamental que a política orçamental recupere a sua função anti-cíclica, caminhando-se para uma situação em que os défices públicos sejam superiores na fase de abrandamento e recessão e sejam nulos nas fases favoráveis do ciclo económico. A questão que se coloca é como alcançar este objectivo. Para que a política orçamental recupere a sua função anti-cíclica não podemos mais desaproveitar uma fase alta do ciclo económico (como fizemos recentemente) para fazer uma consolidação orçamental “pró-saudável”.

É evidente que temos de desacelerar o crescimento da despesa corrente sem juros, por forma a libertar recursos para as áreas estratégicas do investimento público. Em 1995 a despesa corrente sem juros estava na casa dos 33% do PIB e hoje está na casa dos 38%. Será bom definirmos como objectivo de médio prazo caminharmos para uma despesa corrente sem juros na casa dos 33%, como valor de referência para podermos aumentar o peso do investimento público e termos alguma folga para fazer face ao aumento das despesas sociais com a população.

Mas, para isso, temos que atacar este problema da carga salarial da função pública no PIB, o que levanta todo um conjunto de problemas já que não basta fazer contenção orçamental, tal como referem todos os economistas, a começar pela Dra. Teodora Cardoso. É preciso fazer consolidação orçamental, sendo que a consolidação orçamental estrutural obriga a definir objectivos de médio e longo prazo. O que é que o país quer? Que nível de investimento público médio, nos próximos 5 anos ou nos próximos 10 anos? Que nível da despesa corrente média nos próximos 5 anos ou nos próximos 10 anos? Que nível de pressão fiscal média? Que nível para a dívida pública média?

Portanto, há que obrigar a que o país saiba o que é que quer e aí as associações empresariais, os agentes políticos e sociais têm uma grande responsabilidade, em especial atendendo a que é muito difícil os políticos concretizarem pactos de regime. De qualquer forma terá que ser possível caminhar-se para a fixação de determinados objectivos, que obrigam à necessidade de reformas estruturais de qualidade que garantam a sustentabilidade das Finanças Públicas. Não basta fazer qualquer reforma estrutural. É necessário que seja de qualidade (só isto daria tema para mais uma conversa).

É evidente que temos que caminhar para um nível de despesa pública que seja compatível com o nível de investimento público, o qual é necessário para a nossa competitividade, devendo a despesa pública ser compatível com um sistema fiscal competitivo. Atente-se no exemplo de Espanha. Quando se observa que o IVA ou o imposto sobre os produtos petrolíferos são mais baixos em Espanha, não podemos perder de vista que, por cá, temos uma despesa pública que representa 47% do PIB, ao passo que a Espanha está com 40%.

Agora é preciso ter consciência que a política orçamental é apenas uma componente das políticas globais para a melhoria da produtividade e competitividade. No campo das políticas públicas e no das políticas empresariais, é preciso que a sociedade portuguesa interiorize que a questão chave estratégica da economia é o incremento da taxa potencial de crescimento da produtividade, a qual tem tido uma tendência para a queda. Nós fizemos melhor que a Espanha nos anos 80 e até nos anos 90 mas, desde 98 estamos a perder terreno ao nível da convergência real. Portanto esta é a questão central: como aumentar a taxa potencial de crescimento da economia como via para acelerar a convergência real, o que pressupõe o aumento da produtividade. A política orçamental pode contribuir para aumentar a melhoria da produtividade afectando recursos naqueles sectores mais importantes para a melhoria da produtividade e da competitividade.

Recentrando no PEC, eu estou convencido que se vai dar ênfase não só aos défices efectivos, como também ao rácio da dívida pública, devendo haver alguma flexibilidade em função do rácio da dívida pública. Na minha óptica, a análise dos défices efectivos deve ser complementada pela análise dos saldos estruturais, excluindo as receitas e as despesas extraordinárias, por forma a medir se estamos a ter uma política orçamental correcta na fase das vacas gordas ou se não estamos, na fase das vacas gordas, a gerar problemas para o período das vacas magras, sendo importante que no sistema de alertas e sanções haja mecanismos de prevenção, evitando que a política orçamental seja erradamente expansionista nas fases de conjuntura favorável.

Quanto à análise da dívida pública, os países com dívida pública mais moderada deverão ter alguma folga para o reequilíbrio orçamental. Se os europeus quisessem atacar o problema da sustentabilidade das Finanças Públicas devia haver primeiro um exercício de

transparência, de revisão das regras contabilísticas e do processo orçamental, no sentido de se caminhar para um processo orçamental por objectivos (como a Dra. Teodora Cardoso tem defendido). Deve-se, também, começar por redefinir o conceito clássico de Sector Público Administrativo, o qual está hoje ultrapassado por força das parcerias público-privadas e das empresas municipais e regionais, que são verdadeiros serviços públicos.

Quer se queira, quer não, é evidente que a competitividade depende de uma multiplicidade de variáveis. A competitividade fiscal é apenas uma dessas variáveis como sabemos, mas é importante. Há uma grande concorrência fiscal entre os espaços económicos e, mesmo dentro dos mesmos espaços económicos, entre países. Portanto, nós temos que ter um sistema fiscal competitivo para atrair poupanças e investimentos. Ao mesmo tempo, temos que conceber um modelo de despesas públicas que liberte recursos para investimento, promovendo uma política económica anti-cíclica saudável».

Intervenção de Dr.^a Teodora Cardoso, Consultora do BPI

Portugal e o Pacto de Estabilidade e Crescimento

Na sequência da anterior comunicação, a Dra. Teodora Cardoso enunciou alguns aspectos que considera fulcrais para melhorar o Pacto de Estabilidade e Crescimento, nos termos a seguir transcritos.

«Estabilidade com ou sem Pacto. Isto é a primeira coisa que temos que meter na cabeça. O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) realmente não foi grande coisa, se bem que penso que não vai mudar tão depressa. Porém, a ideia que está subjacente ao Pacto, e que nós em Portugal não ligamos muito durante muitos anos, é a ideia de estabilidade como condição necessária do crescimento económico. Em particular, nós tendemos muito a ver o crescimento sempre numa óptica de curto prazo. Quer dizer, fazer crescimento económico é fazer com que no orçamento em curso se maximize o crescimento económico e o emprego, numa perspectiva de curto prazo. A menos que estejamos em crise.

Então surgem as políticas pró-cíclicas: nos períodos em que não há crise vamos aumentando sempre o crescimento a curto prazo e o endividamento da economia e, depois,

vem a crise. Antigamente era com o Fundo Monetário Internacional (FMI), agora é com o Pacto de Estabilidade, a seguir será com qualquer outra coisa, mas a crise vem sempre...

Assim, esta ideia de que o crescimento e as medidas que são tomadas em cada momento têm de ponderar a estabilidade e os seus efeitos a médio e a longo prazo, é algo que temos de incorporar e que alguns países europeus já incorporaram e que, por azar do PEC, até tinham sido impostos pela Alemanha, que foi agora quem mais claudicou.

De qualquer maneira o PEC procurou ir ao encontro destes desígnios. Porém as regras que todos conhecemos começaram logo mal na sua formulação, quanto a mim por tentarem simplificar demasiadamente um problema que não é nada simples. Aparentemente tudo se reduzia a cumprir 3% de défice público e 60% de rácio da dívida pública. Parecia uma coisa muito simples, muito evidente, que era perfeitamente comprovado. Se se tinha cumprido, muito bem, se não se tinha cumprido, quem não cumpria era multado, etc. Tudo na maior das simplicidades. É claro que é muito simples enquanto é cumprido. A partir do momento em que não o é, vê-se logo que não é nada simples. Porque, o que é que são esses 3%? O que é que são os 60%? Começa a discussão e entramos nas engenharias e etc.

Tal como foi referido pelo Dr. Catroga, mais do que nos preocuparmos com uma definição exacta de um valor que não pode ser excedido, importa a definição de regras e de contas, de princípios contabilísticos, sendo preocupante que o Estado não tenha balanço e tenha somente uma contabilidade de caixa. Hoje em dia, oficialmente, o Estado já é obrigado a ter balanço e não apenas uma contabilidade de exercício. Já muitos países o têm. Se todas as empresas têm balanço, como é que o Estado que realmente absorve os tais cerca de 50% do PIB sobrevive com uma contabilidade de caixa? Esta é uma daquelas coisas que nos devia deixar alarmados a todos. E os resultados estão à vista.

Quando em 1997, com base no Tratado de Maastricht, foram seleccionados os países que podiam entrar na moeda única já existiam essas duas regras, aliás elas foram transferidas para o Pacto, daí os critérios de convergência. Sucede que, em 1997, a grande maioria dos países não cumpria o rácio da dívida e (mais interessante ainda) o único país que teria ficado fora da moeda única se o rácio fosse de facto cumprido, mesmo na sua formulação mais benigna que lhe foi dada, era a Alemanha. Porque nesse ano a Alemanha teve um

rácio de dívida pública de 61% e, ao contrário dos outros todos que tinham mais, não estava a descer. É que se estivesse a descer, depois lá chegaria aos 60%. Mas a Alemanha estava a subir. Portanto, como não havia moeda única sem a Alemanha, é claro que mais ninguém falou no assunto e isto passou.

Para mim, isto foi o primeiro sinal de que a regra não prestava e devia ter levado toda a gente a pensar que o problema não deveria estar em excluir a Alemanha, mas antes em repensar a regra. Quer dizer, se isto era assim, o que é que estaria aqui mal? Mas não, o que aconteceu é que se esqueceu a história do rácio da dívida pública e ele lá continuou a evoluir, continuando vários países acima dos 100%, devendo-se destringir entre uma Bélgica que sempre teve estabilidade monetária, orçamentos equilibrados, taxa de câmbio, etc. e tinha 120% de rácio da dívida pública (que vinha de trás, do pós-guerra) e uma Itália que tinha os tais 120% de dívida e que sempre fez e faz toda a espécie de tropelias orçamentais.

A outra regra que morreu praticamente à nascença, foi a tal do défice corrigido do ciclo económico (*nota AICCOPN: o défice corrigido do ciclo económico é estimado atendendo ao facto se estar em recessão ou em expansão, envolvendo modelos matemáticos de estimação*). Aqui temos um problema que é muito mais complicado do que parece pois, se estiverem 15 países à volta da mesa há 15 métodos diferentes de corrigir o défice do ciclo e mais o método da Comissão e mais o do Comissário e quantos técnicos aparecerem. Porque a correcção cíclica é um instrumento técnico importantíssimo, a política deve ser definida tendo em conta o valor corrigido do ciclo. Porém, não se pode multar um país porque excedeu uma regra que pode ter mais que uma interpretação. Parece-me que é uma daquelas coisas óbvias!

E o que é que sucedeu durante esse período de 1995 a 2000? De facto, os países que têm uma visão de médio ou longo prazo mais apurada fizeram as correcções estruturais que deviam fazer e, ao fazerem-nas, conseguiram não se verem metidos em sarilhos quando a economia em 2000 claudicou. E aqui convém termos muito claro uma coisa: isto não tem nada a ver com o nível da fiscalidade, que tanto pode ser alto como baixo. Nos cinco primeiros países mais competitivos do mundo estão os três países nórdicos que têm a carga

fiscal mais alta do mundo. Portanto a questão não é simples, depende de muitos factores e não de uma variável que a gente isola e diz está aqui a chave da questão.

Em relação ao PEC, aconteceu que, a partir de 2000, as economias europeias foram completamente incapazes de responder à recessão americana através da expansão da procura interna na Europa. As grandes economias europeias tinham capacidade para o fazer. A Alemanha ou a França deveriam tê-lo feito, porque não tinham problemas de balanças de pagamentos, as quais eram excedentárias e tinham a procura interna a crescer pouquíssimo há uma data de tempo. Nestas circunstâncias a conjuntura europeia só pôde piorar e, porque piorou a procura externa e a procura interna, o défice ainda se agravou mais e o PEC “estoirou”.

O Reino Unido (que está fora da moeda única) é o que tem feito maior esforço para definir o tal enquadramento macro-económico sólido. Tem conseguido ter uma política orçamental e uma política monetária que eliminou a inflação, mantendo as Finanças Públicas perfeitamente sãs e, além disso, crescendo e criando emprego. Portanto é bastante útil a gente olhar para os bons exemplos que temos cá perto da porta. Olhando para Portugal, entre 1989 e 2003, as despesas públicas excluindo juros, corrigidas do ciclo, de facto subiram espectacularmente (o Professor Catroga é de facto um herói porque conseguiu que no período dele elas não crescessem). A Espanha foi um dos tais países que viu um bocado mais a prazo e que fez uma correcção que lhe deu alguma margem de manobra, tendo em 2003 um excedente de 0,3% do PIB (embora a história de Espanha possa não estar ainda toda contada). Assim, com PEC ou sem PEC, houve países que puseram as Finanças Públicas a funcionar bem e houve outros que não puseram. E nós temos que tratar disso.

Em Portugal, o Professor Catroga já o disse, é preciso tomar uma série de medidas estruturais em matéria de Orçamento, desde os próprios procedimentos de elaboração. Este não pode ser elaborado ano a ano, com base na informação recolhida junto dos serviços. Portugal tem que partir para o Orçamento, sabendo qual é o total das despesas que pode financiar, total esse que deve ser fixado dentro de um cenário de médio prazo, tendo que ser respeitado pelo partido que está no Governo e aceite pelos partidos que não estão no Governo. Depois, a política faz-se na distribuição das despesas, mas o valor total das

despesas e em particular, das despesas correntes, tem de ser fixado de uma maneira diferente, depois é distribuído aí de acordo com as prioridades políticas.

Em relação ao PEC, em termos internacionais penso que neste momento já toda a gente reconheceu que não funciona. Neste momento, o que acontece é que a gente olha para os défices e os nossos 2,8% querem dizer uma coisa completamente diferente do que querem dizer os 3,7% da Alemanha, e a Alemanha e a França, escusaram-se às sanções, devo dizer que com alguma razoabilidade neste sentido. Pelo menos a Alemanha é de facto (quer a gente goste quer não) um garante da tal credibilidade financeira da União Europeia. Foi o Marco que deu credibilidade ao Euro e se os mercados financeiros acreditam que a Europa, apesar de tudo, está apta a resolver este problema orçamental em que se meteu tem muito a ver com o facto de se saber que os alemães são realmente completamente avessos a aceitar inflação e endividamento excessivo.

Em termos de pontos que apesar de tudo vão surgir numa fase de revisão futura penso que, sem dúvida, a questão da estabilização conjuntural tem que ser abordada doutra maneira. O rácio da dívida tem de ser a questão fundamental e não assim um apêndice que tem de ficar para ninguém ligar. No entanto, aqui discordo um pouco do que disse o Professor Catroga. Eu admito que o défice total deve excluir algumas despesas de investimento e porquê? Porque o actual princípio que a União Europeia consagrou no PEC leva a prazo à anulação da dívida pública, já que os défices seriam em média zero e o PIB, naturalmente, vai crescendo. Portanto iríamos cair na anulação da dívida pública o que não é o objectivo na cabeça de ninguém e, para começar, não é objectivo na cabeça dos mercados financeiros. Em termos de mercados financeiros internacionais tal é inimaginável. A lógica é, portanto, que haja um défice, mas que seja um défice aplicado em despesas reprodutivas. Creio que o PEC não vai ser revisto a muito curto prazo (até por questões políticas internas da Alemanha). Quando o for, creio que será um bom bocado na linha dos ingleses que, numa reflexão sobre a reforma do PEC, admitem que uma parte das despesas de investimento seja excluída, mas nessas despesas estejam cada vez menos peso coisas como a construção e mais peso coisas como a educação e a inovação».

Intervenção de Eng.º Ponce Leão, Presidente do IMOPPI

A Regulação e o Desempenho Empresarial

O Sr. Presidente do Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, o Eng. Ponce Leão, iniciou a sua intervenção esclarecendo que a missão do IMOPPI é qualificar quem tem qualidade para estar no sector, sendo que «por qualidade entenda-se segurança para quem investe, para quem utiliza e para quem trabalha na obra».

Actualmente, o IMOPPI actua sobre a fase da construção e a da mediação imobiliária não se encontrando, portanto, nas restantes fases do processo que vão da decisão de investimento à demolição, sendo que poderá a vir a estender a sua área de influência, passando a acompanhar todas as fases do ciclo de vida dos imóveis.

Segundo os dados mais recentes, o sector caracteriza-se por 24.390 empresas de construção com alvará, 18.742 empresas com título de registo, por 3.213 empresas de mediação legalizadas e, ainda, por 8.600 de empresas de materiais da construção, 8.000 empresas de gestão de condóminos, às quais classifica de «*holdings* que tratam de muita coisa, desde a segurança às flores». No entanto existe ainda um conjunto de pessoas e empresas que trabalham para a construção. Dessas destaca os avaliadores, os consultores, os promotores, os projectistas, os angariadores de mediação, «os Presidentes de Câmara e os Vereadores ligados ao urbanismo».

O orador esclareceu que lhe foi pedido um novo quadro legal que regulamentasse o sector. Uma lei que pudesse ser aplicada, que as pessoas fossem capazes de cumprir e que o próprio IMOPPI fosse capaz de controlar a sua aplicação. Com este objectivo foi criado o Decreto-Lei 12/2004, que foi publicado a 9 de Janeiro e as Portarias, que o regulamentam, no dia 10 de Janeiro. A 16 de Janeiro, ao longo de 6 dias úteis, foi iniciado um périplo pelo país tendo sido visitados 16 distritos e regiões autónomas, visando explicar a cerca de 10.000 empresas a nova legislação.

Para o Presidente do IMOPPI, a nova legislação caracteriza-se por:

- ter um só alvará, pois era desnecessário distinguir entre obras públicas e particulares se as exigências forem as mesmas,

- contrariar os turbo-engenheiros, que só assinavam os alvarás e nem sabiam bem a que empresas estavam ligados,
- por uma revalidação anual, pois se o objectivo é que o dono de obra não peça mais elementos, o alvará tem que ser credível, sendo que esse procedimento passará pelo acesso à informação que as empresas entregam nas Finanças,
- reduzir a burocracia, já que há que avaliar os rácios das empresas e não pedir papéis que ou não vão ser analisados ou que são facilmente adulterados.

No que concerne à mediação imobiliária, o orador informou que irá ser publicada uma lei, da qual se destacam as seguintes ideias chave: fim da caução; criação do angariador de mediação e a exclusividade como garante da qualidade de serviço, implicando que a actividade de compra e venda terá que ser feita numa outra empresa, pois «o mediador é o rosto do sector». O Eng. Ponce Leão enfatizou que «a construção e a mediação são os únicos regulados, pelo que leis de regulação ou de controlo indirecto do mercado são questões actualmente em estudo pelo IMOPPI».

O Presidente do IMOPPI referiu, também, que o papel que deseja para o seu instituto é de *pivot* pois «tem que estar no centro, ao qual tudo se ligará em rede» citando, como exemplo, que quando uma empresa apresentar o seu alvará numa Câmara Municipal o IMOPPI terá que ter conhecimento, para a actividade ser controlada. Por isso entende que a actividade de inspecção, mesmo feita com a «prata da casa», foi um sucesso porque foram atrás do que sabiam que estava mal, sendo que o seu sucesso «passará sempre pelo cruzamento de informação, para que cada vez mais o “estar fora da legalidade” seja dificultado».

Na mesma linha, destacou as parcerias realizadas com as associações do sector, visando restabelecer o diálogo e a parceria com o tecido empresarial, possibilitando que os pedidos de alvará ou de aumento de classe já saiam das associações com os pareceres elaborados, cabendo ao IMOPPI apenas a verificação e aprovação dos mesmos.

No final da sua comunicação, concluiu em jeito de desafio a todos os presente, lembrado que se «o combate é de todos nós, o risco é e será sempre dos empresários!»

PAINEL 2: CONSTRUÇÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Intervenção de Eng.^a Cristina Valente de Almeida, Directora do ICEP

Ganhar Quota Internacional

A Eng.^a Cristina Valente de Almeida, Directora do ICEP, focou a sua intervenção na resposta à questão: Como, onde e com quem se pode ganhar quota internacional?

Conforme afirmou, o sector da construção caracteriza-se pelas cerca de 24 mil empresas com alvará, por um volume de negócios de 30.000 milhões de euros, por exportações no valor de 600 milhões de euros e por um peso de 7% no PIB e de 12 % no emprego. Referiu ainda que, para o sector, a importância dos mercados externos ganhou maior ênfase quer com a retracção ocorrida no mercado interno (traduzida num abrandamento do mercado imobiliário e numa diminuição das obras públicas), quer pelo comportamento recente do mercado externo. Tal cenário não foi muito diferente do ocorrido nos restantes países da União Europeia, mas foi completamente distinto do que se verifica nos países do alargamento aonde se verificam elevadas taxas de crescimento da actividade do sector.

O ICEP, com vista a promover a oferta portuguesa nos mercados externos, criou o NEPE – Núcleo de Empresarial de Promoção Externa, numa parceria com a AEP (Associação Empresarial de Portugal) e a AIP (Associação Industrial Portuguesa). O NEPE disponibiliza informação sobre oportunidades e procedimentos técnicos, pondo ao dispor dos empresários uma rede de contactos relativos a esses mercados.

O NEPE elaborou um diagnóstico que permitiu constatar que em Portugal há uma tripla concentração, pois 8 mercados absorvem mais de 80% das exportações, 11 sectores representam mais de 50% do total e, das 17.000 empresas exportadoras, apenas 100 representam 50% do total. Não obstante esta concentração e apesar do ICEP dar prioridade a alguns sectores, não exclui nenhum, desejando ser o veículo principal do meio empresarial para a eliminação de todos os entraves que as empresas sintam no seu processo de internacionalização.

Quanto ao sector da construção, a oradora advertiu que para o facto de, ao contrário das restantes actividades económicas em que a internacionalização apenas envolve o envio de bens ou serviços para mercados externos, neste sector a situação é bem diferente, exigindo elevados investimentos de instalação e o domínio de um factor chave: o financiamento. Assim, para além dos custos de internacionalização poderem ser mais elevados face aos restantes sectores de actividade, uma vez que é necessário equipar um estaleiro com toda a maquinaria necessária, o factor do financiamento revela-se como fundamental, podendo o seu domínio ser a chave para se conseguir a adjudicação de empreitadas. Deste modo, quando se fala da internacionalização da construção é fundamental dominar o acesso aos meios de financiamento multi-lateral, nomeadamente os do Banco Mundial, do FMI, de Bancos Locais, etc..

Atendendo a que para ganhar um concurso num mercado externo é necessário conhecer todo o circuito desde o financiador, até à agência executora e aos parceiros locais, encontra-se disponível toda a rede de embaixadas e consulados do ICEP, os quais estão prontos a satisfazer, caso a caso, todas as necessidades das empresas. Nos termos enfatizados pela oradora, «os Ministérios da Economia, das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, bem como a própria AICCOPN (como foi exemplo na missão organizada à Argélia) promovem o estabelecimento de contactos com os donos de obras estrangeiros e com as empresas locais, mas o motor da economia são e serão sempre as empresas».

Com vista ao sucesso, há que estabelecer parcerias internas e externas, nomeadamente com empresas locais, as quais detêm o conhecimento dos decisores, dos circuitos de comercialização dos materiais e dos financiadores, pelo que, em muitos locais nada se faz sem este tipo de parcerias. Há que ter em atenção que, em muitos países, quando um concurso é tomado público já é tarde para as empresas se candidatarem. Por isso mesmo, a rede de contactos, o financiamento local e o *lobby* local são peças fundamentais para o bom desempenho das empresas nesses mercados.

A Eng.^a Cristina Valente de Almeida finalizou a sua intervenção lembrando que o ICEP e o IAPMEI se encontram ao dispor dos empresários que queiram internacionalizar-se, uma vez que a sua missão é defender as empresas de construção portuguesas que se orientam para

o exterior. Nesse sentido, manifestou toda a sua receptividade para ser directamente contactada pelas empresas interessadas.

Intervenção de Eng. José Teixeira Monteiro, Presidente do INH

O Mercado da Reabilitação Urbana

O Presidente do INH fez uma comunicação orientada para a apresentação do potencial do mercado de reabilitação em Portugal e para os mecanismos e enquadramento legal que estarão na base da política pública de incentivo a esse mercado.

Em termos de diagnóstico de ponto de situação, reportando-se aos Censos 2001, referiu haver cerca de 800 mil fogos com necessidades de reparação, aos quais se juntam outros cerca de 1.133 mil fogos carenciados de pequenas obras de reparação, totalizando «quase dois milhões de alojamentos a precisar de obras», situação essa «em grande parte devida ao congelamento das rendas habitacionais». Comparativamente com outros países da União Europeia, é muito baixo o investimento nacional em reabilitação, representando somente 6% do total, quando a média europeia é de 24%, chegando mesmo a atingir os 50% na Suécia. Tal ilustra o potencial perfil evolutivo do nosso mercado, que deverá ser cada vez menos orientado para a construção nova, pois «estivemos a construir mais do que os demais países europeus, acima dos 10 fogos por milhão de habitantes, enquanto os outros países se anda pelos 4 fogos por milhão de habitantes». Este resultado é, também, o corolário da pouca eficácia dos programas de incentivo criados desde 1988, os quais estão ainda em curso, sendo que segundo o orador «tendo em conta que há cerca de 800 mil fogos a necessitar de obras de média e grande envergadura, ao ritmo destes programas teríamos de andar quase 30 anos para recuperar o património»...

Para agilizar este processo foi já aprovado em Conselho de Ministros e está para publicação o decreto-lei do novo regime especial de reabilitação urbana. A estratégia de abordagem ao problema em apreço passa pela constituição das SRU's (Sociedades de Reabilitação Urbana), as quais são empresas municipais de capitais municipais ou, em casos especiais, sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos, tendo sempre de ter capitais municipais por terem competências que, originalmente, são das câmaras. O novo Regime

Jurídico de Reabilitação Urbana privilegiará uma abordagem por aglomerados urbanos (quarteirões, pátios ou ruas), implicando a identificação quer da extensão das intervenções, quer dos proprietários e inquilinos das zonas envolvidas, num modelo alternativo ao de intervenção prédio a prédio, que se verificou não ter dado resultados. As SRU's farão um plano estratégico global para cada a zona a intervencionar, nomeadamente prevendo as necessidades ao nível de acessibilidades, estacionamento, infra-estruturas e espaços públicos. Nesse regime, as SRU's intervirão licenciando e autorizações das operações urbanísticas, expropriando (só se necessário), realojando, fiscalizando e controlando prazos, da mesma forma que coordenando os potenciais investidores privados que, conjuntamente com os proprietários, estejam interessados em cada processo. Para uma maior agilização de procedimentos será constituída uma comissão especial, onde têm assento todas as entidades concessionárias (águas, electricidade, etc), evitando que os processos se dispersem e permitindo uma redução dos prazos.

Caso seja esse o entendimento dos proprietários dos prédios, poderá a SRU lançar concursos públicos para a escolha dos parceiros privados, os quais farão a intervenção podendo ficar com os direitos de comercialização dos imóveis reabilitados. Porém, caso tenha sido necessário proceder a expropriações, os expropriados terão direitos de preferência na aquisição desses prédios. Todas estas competências das SRU vigoram apenas durante o processo de reabilitação, findo o qual serão extintas, a menos que lhes sejam atribuídos outros quarteirões para intervir.

A viabilidade financeira das intervenções pode ser assegurada pela constituição de fundos de investimento imobiliário, cuja subscrição por ser feita em dinheiro ou por entrega de prédios para reabilitar. Adicionalmente, os investidores e proprietários terão acesso a apoios financeiros, nomeadamente via o novo Programa Especial de Apoio à Reabilitação Urbana – REABILITA, o qual vem substituir os actuais RECREIA, REHABITA, RECRIPH e SOLARH, os quais são extremamente complexos do ponto de vista da instrução dos processos, por vezes envolvendo 21 fórmulas de cálculo para apuramento das participações.

O REABILITA, pelo qual se visa simplificar e acelerar os processos, contempla intervenções integrais em edifícios e em grupos de edifícios, assim como em infra-estruturas urbanas, abarcando custos com obras, custos de realojamento e com projectos de arquitectura,

traduzindo-se quer em participações a fundo perdido, quer em bonificação em empréstimos contraídos.

Terminando a sua comunicação, o Presidente do INH, com base em valores das obras que o INH tem participado, estimou que, entre pequenas reparações e intervenções em edifícios muito degradados, conforme o número de edifícios que se estima estejam em cada grau de degradação, o mercado de reabilitação vale quase 27 mil milhões de euros, o que corresponde a dois anos de produção total do sector da construção. Perante este potencial, assim como perante as ferramentas de reabilitação descritas e o relançamento do arrendamento («que terá lugar este ano»), o orador diz esperar «um forte crescimento do mercado de reabilitação urbana, atraindo as empresas de construção».

Intervenção de Eng.º Luís Mira Amaral, Vice-Presidente da CGD

A Construção no Crescimento Económico

Na sua intervenção o Eng.º Mira Amaral começou por destacar o comportamento da economia americana no pós-11 de Setembro. Segundo afirmou, nesse período a economia americana foi sustentada pelo sector da construção, mais directamente pelo sector da habitação, uma vez que uma das principais medidas do banco central foi baixar as taxas de juro, criando assim o chamado efeito riqueza¹, estimulando o mercado da habitação. Isso mesmo justifica o título de um artigo da revista *The Economist* citado pelo orador: “As casas que salvaram o mundo”, segundo o qual foi este efeito gerado pelas baixas taxas de juro que possibilitou o equilíbrio da economia americana e, por consequência, a sustentação da economia mundial.

Os EUA atravessam agora uma fase de recuperação e reconstrução de infraestruturas o que explica os números elevados de consumo de cimento. Esta nova fase é um novo impulso para o sector da construção civil e obras públicas (SCCOP) americano.

¹ Quando as famílias possuem uma casa e esta aumenta de valor, esta valorização cria uma sensação de riqueza que acaba por potenciar o consumo.

Passando para a Europa, o orador referiu que a Espanha também conseguiu manter um SCCOP muito dinâmico, o que impulsionou a sua economia para o primeiro lugar no *ranking* da União Europeia, repetindo o mesmo efeito de riqueza dos EUA. Também o Governo Central Espanhol e os Governos regionais, gozando de Finanças Públicas muito favoráveis, investiram em grandes projectos de obras públicas, fruto de uma excelente política económica.

Ao contrário de Espanha, Portugal não pôde gozar de Finanças Públicas equilibradas que permitissem estimular o mercado das obras públicas, através de investimentos públicos em infra-estruturas. Estas dificuldades que a economia portuguesa atravessa, já tinham sido previstas em alguns artigos publicados pelo próprio orador em 1998 e 1999, nos quais chamava a atenção para o modelo desequilibrado e desajustado que vinha a ser prosseguido.

Porém, segundo o Eng.º Mira Amaral, existem actualmente algumas boas notícias. Em termos de taxas de juro, por força da valorização do euro face ao dólar, há uma grande pressão internacional para a sua descida, a qual se deve manter, pois a contínua desvalorização do dólar é importante do ponto de vista da reeleição do Presidente Bush, em virtude dos seus efeitos na manutenção da expansão da economia americana, via exportações. Conforme salientou, o fortalecimento do euro é fruto do endurecimento da política monetária europeia e do conservadorismo do BCE, o qual continua a resistir a uma descida das taxas de juro. Pelo menos até às eleições americanas as taxas de juro não devem subir. Assim, quem contratar crédito habitação pode continuar a usufruir de taxas de juro favoráveis.

Sobre a economia portuguesa a sua opinião é que a pior fase já passou no ano de 2003, e que a retoma será lenta e difícil, ou seja, «assente num crescimento gradual mas com algumas enxaquecas pelo meio», destacando ainda que na qualidade de Administrador da Caixa Geral de Depósitos, responsável pela Direcção Comercial Norte, tem conhecimento das dificuldades sentidas pelas empresas do SCCOP, principalmente as PME's.

No seu ponto de vista, estas dificuldades explicam-se porque, em termos de habitação, o sector privado atingiu um patamar completamente diferente do que existia antes da adesão

ao euro, uma vez que Portugal era até essa altura um país deficitário em termos habitacionais e agora já não o é. A zona da grande Lisboa e do grande Porto têm actualmente um excedente estrutural do mercado habitacional na gama baixa do mercado.

Ironicamente afirma que «a moeda única fez mais pela habitação social dos portugueses do que os sucessivos Governos, inclusivamente os de que fiz parte». O euro e as conseqüentes descidas da taxa de juro contribuíram para a alteração da situação do mercado habitacional, tendo o sector bancário aproveitado o mercado e as famílias as baixas taxas de juro. No entanto este *boom* de construção nova levou à actual situação de excedente habitacional na gama baixa. Por sua vez, a “construção maciça” desencadeou uma travagem do financiamento, com uma conseqüente travagem do investimento privado.

Já no que se refere ao sector público, o estado das Finanças Públicas originou uma retracção do investimento público. No seu ponto de vista, «as PME's do SCCOP apanharam por tabela as dificuldades do sector privado e do sector público. Agora o tradicional motor da economia portuguesa e gerador de emprego está um pouco afanado e não será em 2004 que, com uma retoma lenta, o SCCOP irá crescer».

Para justificar o seu discurso o Administrador da Caixa Geral de Depósitos, aponta algumas razões:

- Portugal só entrou uma vez na moeda única;
- só se pôde usufruir de reduções das taxas de juro naquela altura;
- as principais carências habitacionais estão resolvidas;
- uma parte das infraestruturas portuguesas estão resolvidas, embora ainda falte outra parte...

Para completar essa outra parte, considera que o Governo irá continuar a apoiar bons projectos ligados ao investimento publico, mas estes já não poderão contar com a dimensão dos projectos existentes no passado. No entanto, uma outra boa notícia em termos de obras públicas são as Parcerias Público-Privadas pois, cada vez mais o Governo conseguirá estimular a construção de infra-estruturas em Portugal recorrendo ao investimento privado já

que, segundo o orador, «não é realista pensar que deverá ser o Estado a financiar através do investimento público a construção de novas infra-estruturas».

Uma outra boa notícia para o SCCOP é o programa de recuperação urbana, sendo que o modelo antigo de “construção nova” não pode ser novamente aplicado. Mas um novo programa de recuperação urbana é um novo folgo que não se deve esgotar no que se refere à habitação, devendo abarcar também as infra-estruturas, pois não se pode deixar que estas voltem a cair por falta de manutenção, pelo que «o modelo de reabilitação de infraestruturas americano é a solução à escala para o mercado português».

Portugal tem que apostar num novo modelo de crescimento para o futuro. O modelo do passado era um modelo massificado, baseado na construção nova em massa, sem grande qualidade e com baixa produtividade, o que explica juntamente com a especulação imobiliária os preços elevados da habitação. O novo modelo tem que passar pelo mercado da reabilitação, tem que se preocupar com a qualidade da construção, com o aumento da produtividade e com a eficiência, aumentando assim a competitividade do sector e do país.

Só assim, no seu entender, as empresas portuguesas podem atacar o mercado interno e pensar nos mercados externos, já que «não podemos esquecer que o mercado da CCOP é já um mercado concorrencial com as empresas espanholas. Actualmente, no sector da CCOP, mesmo que as empresas portuguesas não saiam para o exterior, já têm que encarar pelo menos os concorrentes espanhóis, vendo alargados os padrões de concorrência e da competitividade, o que até agora não acontecia».

Para isso afirma que «o sector tem que mudar. Se queremos ser um país desenvolvido e aproximarmo-nos dos níveis mais elevados de desenvolvimento europeu, também as palavras de ordem da competitividade e da eficiência têm de chegar a este sector».

Em forma de conclusão o ex-ministro deixou uma mensagem: «o problema português não é um problema meramente de Finanças Públicas ou de défice público, é muito mais sério. O problema português é económico, de competitividade, de produtividade e de eficiência de todos. O SCCOP continua a ser um dos sectores mais importantes da economia portuguesa, mesmo ao nível da mão-de-obra que emprega. Mas, mantendo o modelo do passado,

também ele estaria condenado. Estas novas lógicas são fundamentais para que continuemos a poder contar com o SCCOP como um importante factor económico de desenvolvimento do país em termos futuros».

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Intervenção de Dr. Arlindo Cunha, Presidente da CCDR-N

A “Construção” da Competitividade da Região Norte

Na sua intervenção, o Dr. Arlindo Cunha começou por referir quais os principais factores que contribuem para a competitividade das regiões e das empresas. Conforme o orador, estão em causa as acessibilidades; a capacidade de atracção do investimento estrangeiro; a internacionalização das empresas e das organizações; a iniciativa empresarial; a qualificação da mão-de-obra; a inovação; a oferta de emprego qualificado; a eficiência da administração pública; as condições ambientais e um desenvolvimento sustentável; a oferta cultural e o marketing regional.

O 3º Relatório da Coesão Social acabado de publicar pela Comissão Europeia vai de encontro a esses factores, classificando de determinantes para a competitividade das regiões (1) a disponibilização de eficientes infra-estruturas de transporte (rede rodoviária, ferroviária e de transporte marítimo, nomeadamente as auto-estradas marítimas); (2) a produção e a comercialização de energia (envolvendo preocupações ambientais e o incentivo ao uso de energias renováveis); (3) as infra-estruturas sociais; (4) os recursos humanos (promovendo a escolaridade e a formação ao longo da vida); (5) a inovação e a economia do conhecimento (remetendo para a Estratégia de Lisboa de 2000); (6) a governação das regiões e o desempenho das instituições; (7) a protecção do ambiente (pois, segundo o próprio, «uma região não consegue ser competitiva se repelir as pessoas», havendo vários exemplos de regiões que apenas investiram no sector industrial e, agora, com a frequente deslocalização de centros fabris e de empresas essas regionais não conseguem gerar riqueza).

Falar de competitividade regional é falar de desenvolvimento regional e para falar sobre o desenvolvimento da região seria necessário falar em todas as suas componentes. Para a região Norte, podem ser citadas como mais importantes as componentes relacionadas com as infra-estruturas, ambiente, base económica, recursos humanos e, por fim, a governação.

No que se refere às infra-estruturas, na região Norte estão actualmente em curso ou em fase de projecto avançado algumas intervenções estruturantes para o desenvolvimento da região como, por exemplo, o metro ligeiro da Área Metropolitana do Porto, o Aeroporto Sá Carneiro (zona de passageiros e mercadorias), o aumento da capacidade do Porto de Leixões, a rede ferroviária (vertente passageiros e mercadorias) e a rede rodoviária. Porém, todas estas infra-estruturas são prementes, uma vez que com o alargamento da União Europeia a leste (depois do seu crescimento para sul e a oeste apenas restava a zona leste), Portugal passou a “sofrer” ainda mais de um problema de periferia e é neste sentido que estas ligações podem esbater este sentimento e tentar fazer com que a nossa competitividade possa ser beneficiada, não se podendo esquecer que estas acessibilidades são por demais importantes para esta região e para as suas exportações, sendo importante relembrar que a região Norte é responsável por 44% das exportações nacionais.

Já no que respeita ao ambiente, a prioridade vai para a conclusão do saneamento básico, em especial nas áreas do Vale do Sousa, Tâmega e Ave. Portugal tem neste âmbito que cumprir um compromisso para com a União Europeia uma vez que se comprometeu que, até ao fim do actual Quadro Comunitário de Apoio, nos aglomerados com mais de dois mil habitantes teria 95% da população provida com água ao domicílio e 90% com saneamento básico. No tocante à infra-estrutura económica, a região Norte e mais especificamente a zona do Grande Porto, apresenta um elevado grau de concentração de actividades industriais com utilização intensiva de mão de obra (os chamados sectores tradicionais), com baixa produtividade e ameaçados pela globalização. Citem-se os sectores dos têxteis, vestuário e do calçado, tradicionalmente exportadores, ou o mobiliário, tradicionalmente virado para o mercado interno.

Por forma a responder ao desafio da globalização importa incentivar os *clusters* regionais dos sectores dos têxteis, vestuário e do calçado, assim como do sector agro-alimentar, da

fileira da madeira, da cortiça, do mobiliário e, ainda, do vinho e do leite, para além de desenvolver novos *clusters* do sector produtivo. Segundo o orador, estes podem ser do sector da saúde e das bio-medicinas, aproveitando os laboratórios “centros de excelência” desenvolvidos na região Norte, da mesma forma que do sector automóvel e suas componentes. Adicionalmente, junte-se o turismo, nomeadamente valorizando a marca Douro.

Já no que se refere às infra-estruturas sociais, esta é outra área que o orador considera como determinante da competitividade regional, uma vez que, segundo o próprio, Portugal apresenta uma boa dinâmica demográfica, não obstante alguns desequilíbrios entre o litoral e o interior relacionados com o envelhecimento da população. Nos centros das cidades impõem-se programas de recuperação e reabilitação urbana, pois nas áreas de grande expressão demográfica é necessário sustentar o desenvolvimento de uma estrutura urbana equilibrada e uma oferta de serviços colectivos de qualidade.

Em relação à formação de recursos humanos, trata-se de um factor de fragilidade do país. No Norte este problema assume índices ainda mais gravosos, sendo apontado como necessária a intensificação da formação inicial e continuada das populações. Este défice é mais acentuado no âmbito da população activa, tornando-se este um desafio não só para a região mas também para as instituições e entidades de formação. A competitividade não resulta só da produtividade mas de todas as condições sociais que se acumulam em volta do indivíduo. Neste particular, «o sector da construção sabe bem como a sua competitividade depende da formação, da qualidade da organização do trabalho e da inovação».

No que se refere à governação das regiões e ao desempenho das instituições, o povo português decidiu, através de referendo, pela não criação de regiões. Neste cenário importa aproveitar as estruturas existentes, de que são exemplos a reorganização do associativismo municipal e a nova orgânica das comissões de coordenação, agora intituladas de desenvolvimento regional.

Preparar o futuro da região é um enorme desafio para todos os intervenientes. Na região Norte constata-se que, hoje em dia, estamos integrados num mercado único com desafios

concorrenciais elevados, pelo que, se a região Norte se quer afirmar tem que optar pela criação de alianças comerciais estratégicas, com vizinhos próximos como é o caso do norte de Espanha. Essa região, no entanto, não deixa de ser nossa concorrente, mas o mercado tem que conviver com a concorrência de uma forma que até há poucos anos lhe era totalmente desconhecida.

Actualmente a CCDR está a finalizar a aplicação dos fundos estruturais que terminam em 2006. Cerca de 72% dos fundos estão já afectos. No entanto o próximo programa regional para a região Norte está já a ser elaborado. Segundo afirmou o Presidente da CCDR-N, «o pacote comunitário para ser aplicado em 2007-2013 será o grande último pacote de fundos a que Portugal poderá aceder uma vez que, com a entrada dos novos Estados-membro, a UE passará a totalizar 25 Estados-membro», sem contar com todos os outros que poderão entrar num prazo de 25/30 anos.

Perante esse desafio, o Dr. Arlindo Cunha terminou dizendo que «cabe a Portugal saber aproveitar eficazmente o último pacote comunitário, sendo por demais necessária a discussão com todas as entidades públicas, de forma a adequar os investimentos às necessidades das regiões, possibilitando que a região Norte possa ser uma região competitiva no contexto europeu».

Discurso proferido pelo Senhor Presidente da AICCOPN, Rui Viana

Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas,
Ilustre Presidente do CCNI - Conselho de Construção do Noroeste Ibérico,
Ilustres oradores,
Membros dos Órgãos Sociais.
Caros Associados,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

No final desta jornada de trabalho, na qual pudemos ouvir intervenções tão pertinentes e relevantes para o sector, é uma honra poder contar com a presença do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas.

Como todos sabemos o sector da construção tem raízes profundas no tecido económico, empresarial e social. É, portanto, um sector indissociável do desenvolvimento económico e da promoção das condições de vida das populações, sendo o seu produto um factor fundamental para a coesão, contribuindo para o desenvolvimento e redução das assimetrias inter-regionais.

Sucede, porém, que havendo espaço para o debate público sobre as políticas de ordenamento do território e de investimento em equipamentos de infra-estruturas, é parco o tempo de reflexão sobre o tecido económico e empresarial que responde a tais políticas.

Se nos concentrarmos no Norte de Portugal, a construção é o terceiro sector com mais empresas, representando cerca de 50 mil unidades produtivas, e o segundo mais empregador, garantindo aproximadamente 230 mil postos de trabalho, ou seja, cerca de 13% do emprego na região, sendo que em algumas zonas especialmente carenciadas, o sector constitui um pilar do equilíbrio social. Este é um padrão que igualmente serviria para caracterizar outras regiões do país.

Pelo cariz duradouro dos activos imobiliários, pela marca profunda que deixam no espaço territorial, pelas questões ambientais que implicam e porque o desenvolvimento regional não deve ser alheio ao perfil dos seus destinatários, a trilogia competitividade/sustentabilidade/coesão não é possível sem uma política para o sector da construção. É que o sector não é só betão. Representa pessoas, emprego, empresas, criação de riqueza e um factor de fixação das populações.

A AICCOPN trabalha consciente quer da relevância da actividade desenvolvida pelos seus Associados, quer na perspectiva do permanente incentivo à modernização desse tecido empresarial. O estímulo à projecção de espaços de competitividade é patente, por exemplo, na participação activa e liderante que protagoniza no Conselho da Construção do Noroeste Ibérico, no propósito de, para além da análise conjunta das carências infra-estruturais que caracterizam esta euro-região, abrir as portas para a conquista desse mercado. A internacionalização do sector, aliás, tem merecido a nossa maior atenção, pois pela

capacidade instalada e pelo seu reconhecido *know-how*, esta é uma actividade que não pode deixar de ser vista como estando entre as de serviços transaccionáveis.

No mercado interno, Senhor Secretário de Estado, somos confrontados com problemas que estão na base de uma crescente preocupação. Desde os sinais contraditórios do aeroporto da OTA, à efectiva viabilidade das linhas ferroviárias de alta velocidade ou, ainda, às indefinições quanto ao mercado de arrendamento, o sector não sabe o que pensar. É altura de investir ou de resignar?

Compreenderá V. Exa. que esta última hipótese, para a qual de alguma forma nos sentimos empurrados, é inaceitável. Não sabemos exactamente para onde vamos, mas sabemos claramente que não queremos ir por aí. Em defesa das empresas, do emprego e, especialmente, do país.

Senhor Secretário de Estado, sabemos do acompanhamento que tem dispensado às reformas legislativas de que o sector carece. Mais, somos testemunhas do empenhamento que V. Exa. tem dispensado a estas matérias. É nossa convicção que o Senhor Secretário de Estado é parte da solução e não do problema.

Já houve mudanças importantes, mas falta ainda, e concerteza que o reconhecerá, fechar o ciclo de revisão legislativa com dois diplomas fundamentais para o relançamento do sector. Refiro-me, naturalmente, ao Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas e ao do Arrendamento Urbano. Estamos certos de podermos contar consigo.

Como já referi, estão entre nós ilustres representantes do CCNI - Conselho da Construção do Noroeste Ibérico, que integra as regiões da Galiza, Cantábria, Astúrias, Castela e Leão, para além do Norte de Portugal. Este Conselho tem vindo a desenvolver estudos onde se evidenciam as carências de infra-estruturas e se avançam com propostas para esta vasta região da Península Ibérica.

A apresentação preliminar destes trabalhos terá lugar na Feira Internacional, a realizar em Gijón, em Junho próximo, cuja apresentação será feita de imediato. Antes de passar a

palavra ao presidente do CCNI, D. Serafín Abilio, quero expressar o meu agradecimento a todos os participantes neste Seminário.

**Intervenções de D. Serafim Abílio, Presidente da Confederação Asturiana da Construção e Presidente do CCNI,
e de D. Manuel Martinez, Coordenador-Geral da FICNI**

O Presidente da Confederação Asturiana da Construção e, também, Presidente do Conselho da Construção do Noroeste Ibérico (CCNI), D. Serafim Abílio, iniciou por apresentar este Conselho, referindo as cinco regiões que o compõem, nomeadamente a Galiza, a Cantábria, as Astúrias, Castelo e Leão e o Norte de Portugal, salientando o facto de todas terem problemas comuns, partilhando como principal preocupação a actual trajectória de divergência face à União Europeia.

Neste sentido, afirmou que é urgente empurrar o crescimento e o desenvolvimento económico desta região da Península Ibérica para se alcançar de forma clara e inequívoca o objectivo comum da convergência delineada pela UE, o que passará por impulsionar as infra-estruturas e a formação profissional enquanto iniciativas fundamentais ao desenvolvimento e crescimento dessa euro-região.

Adicionalmente, enfatizou a necessidade de, para se ter êxito económico, superar o receio tradicional entre Portugal e Espanha e vice-versa, para se formar um eixo comercial de futuro que poderá ser uma alternativa para se alcançar dimensão e convergir face à UE.

De seguida, teve a palavra o D. Manuel Martinez, com vista a anunciar a realização de uma feira de materiais e maquinaria de construção, a FICNI - Feira Internacional da Construção do Noroeste Ibérico, a qual terá lugar em Gijon, nas Astúrias, no período de 16 a 19 de Junho de 2004. O coordenador da feira disse que a participação nesse evento de 30 a 35 empresas portuguesas da construção poderá ser apoiada financeiramente pelo Governo regional das Astúrias, sendo que as primeiras 25 empresas poderão instalar-se gratuitamente.

Segundo este orador, a participação nesta feira será uma forma de cada um promover a sua empresa junto de clientes e fornecedores, já que o número previsto de visitantes ascende a 40.000 pessoas e, mais do que isso, a FICNI será a voz do CCNI, o qual pretende combater a situação periférica de que esta região é dotada. «Em 2004 somos periféricos», afirmou D. Manuel Martinez, «em 2007 seremos ainda mais e assim sucessivamente, daí que, na realização deste evento a organização se tenha preocupado em assegurar um dia inteiro de jornada institucional para divulgar o documento das necessidades de infra-estruturas para todo este território», abarcando todas e cada uma das regiões que o compõem.

Discurso proferido pelo Secretário de Estado das Obras Públicas, Eng. Jorge Costa

Senhor Presidente da AICCOPN e restantes membros da Direcção,
Senhor Presidente da CCDR-Norte,
Senhor Presidente da Confederação Asturiana da Construção e do CCNI,
Senhores Presidentes dos Institutos Públicos e de outros organismos aqui presentes,
Senhor Coordenador-Geral da FICNI,
Minhas senhoras e meus senhores,

Em primeiro lugar quero agradecer o convite da AICCOPN para estar aqui presente hoje. Estou aqui com muito gosto pois é sempre com muito gosto que volto a este auditório onde estive já por outras ocasiões noutras funções. Começo também por felicitar a AICCOPN pela promoção deste seminário, em especial pela sua pertinência numa altura em que, mais do que nunca, é necessário estarmos conscientes do padrão de desenvolvimento do sector da construção e obras públicas em Portugal. É uma forma muito louvável, do nosso ponto de vista, de mostrar como uma Associação com mais de 110 anos de existência que tem como princípios os sempre actuais rigor, qualidade e mestria, preocupa-se de uma forma sensível em acompanhar os fenómenos da modernização aliados a este mercado, socorrendo-se de iniciativas como esta para não só informar mas, também, para motivar os seus Associados.

Sei que durante o dia trataram já questões relacionadas com política fiscal, com o Pacto de Estabilidade e Crescimento, com a Reabilitação Urbana, com a regulação do sector da construção e, ainda, com a competitividade da Região Norte. É pois uma honra para mim

associar-me a esta iniciativa e dar conta da visão e sobretudo do empenho que o Governo tem tido em promover um enquadramento legal, como foi referido pelo Senhor Rui Viana aqui há pouco, adequado à realidade nacional, contribuindo dessa forma para antecipar, estou em crer, um ciclo económico mais favorável para o sector do que aquele que tem sido vivido nos últimos tempos. E, desde logo, no que toca ao enquadramento legal para o sector, gostaria de recordar o novo regime de Alvarás (Decreto-Lei 12/2004, de 9 de Janeiro) que entrou em vigor muito recentemente e que foi a primeira peça deste conjunto de normas de enquadramento legal que lhes vou referir.

Este novo regime que regula a entrada e permanência das empresas de construção no mercado foi o mote recente de um périplo de divulgação por todas as capitais de Distrito, Açores e Madeira, desenvolvido pelo IMOPPI. Foi uma iniciativa que teve uma adesão maciça, consagrando a intenção do Governo em envolver e aproximar todos os agentes que estão a trabalhar no mercado da construção, por forma a torná-lo cada vez mais transparente, ágil e eficiente. A única forma de o conceber, do nosso ponto de vista, também de uma forma séria. Mas porque é de facto também necessário chegar a todos os agentes do mercado, a tarefa de divulgação não ficou por esta iniciativa. Recordo também que nas duas sessões de fecho daquele périplo realizadas quer em Lisboa quer no Porto, foram assinados protocolos entre o IMOPPI e as duas principais Associações do sector, a AICCOPN e a AECOPS, com vista a estabelecer uma parceria na aplicação da Lei dos Alvarás. Estes protocolos representam também o corolário de um trabalho que tem sido desenvolvido desde o início desta legislatura para que as Associações sectoriais sejam envolvidas em todo o processo que lhe diz directamente respeito. O Governo entende que é envolvendo as Associações empresariais em todos estes processos que de facto se consegue promover a aproximação com os diversos agentes.

Assinalou-se desta forma um novo ciclo no processo de diálogo entre as Associações e o Governo através do seu organismo regulador para o sector que é o IMOPPI. Uma parceria que tem os benefícios que a conciliação de interesses permite, através do diálogo na busca de um objectivo comum que é o de tornar o sector da construção melhor do que é actualmente. Tornar este sector melhor economicamente pressupõe, naturalmente, a existência de empresas qualificadas, a trabalhar com seriedade e rigor na construção. Sabemos que existem pouco mais de 43.000 empresas legalizadas no IMOPPI e sabemos

também que o Instituto Nacional de Estatística fala em cerca de 60.000 empresas em actividade no sector, no ano de 2001. Contas feitas estima-se que quase 17.000 empresas estejam a operar no mercado sem habilitação para tal. Nós consideramos que este número é intolerável, sendo nosso objectivo trazer essas empresas para dentro do sistema. Trata-se de um objectivo que é ambicioso, reconhecemos, mas consideramos que não é utópico. Para tal, é essencial esta colaboração entre as Associações do sector neste trabalho de combate aos ilegais. Todos os agentes que estão no mercado têm a noção que só podem trabalhar se tiverem qualificações para tal. É a única forma de dar garantias aos investidores, segurança aos trabalhadores e, em última análise, aos consumidores que vão usufruir dos equipamentos quer públicos quer privados.

Todos sabemos da importância social acrescida de que o sector da construção se reveste na satisfação de um sem número de necessidades básicas em termos de equipamentos e infra-estruturas da mais diversa ordem. Pode mesmo afirmar-se que são poucas as áreas em que o progresso se tenha feito sentir nas últimas décadas e em que o sector da construção não tenha estado presente, dando o seu contributo para a materialização das legítimas aspirações da sociedade no geral e das pessoas em particular. Estamos conscientes também da representatividade deste sector na economia nacional e sabemos que a sua evolução está em grande parte dependente do enquadramento legislativo mais adequado à realidade nacional.

É este o contributo que o Governo pode dar, é este o contributo que o Governo pretende dar e é este o trabalho que está a ser desenvolvido. A revisão da matéria legislativa como instrumento fundamental da actividade de construção tem várias frentes e é, digo-lhes aqui, uma prioridade assumida. Não faltam exemplos do forte empenho que o Governo tem tido nesta matéria.

Começamos com a já chamada Lei dos Alvarás que é um passo de gigante no enquadramento da actividade do Estado. O diploma dos Alvarás representa também o estabelecimento de exigências e a avaliação dos efectivos de pessoal em função das classes dos valores de obras e segundo os grupos de remuneração contratual, o que trás um acréscimo de exigências em matéria de quadros técnicos para as empresas classificadas nas classes mais elevadas, com a inclusão de técnicos na área de segurança e higiene no

trabalho. Promove-se desta forma o combate à sinistralidade laboral nos segmentos de trabalho de maior envergadura e com relações de coordenação mais complexas. Esta matéria de sinistralidade laboral é, como sabem, uma matéria que de facto nos preocupa e para a qual estamos disponíveis e empenhados em encontrar formas de a combater. Em resumo, o diploma dos Alvarás irá permitir uma agilização do cruzamento de informação com os mais diversos organismos do Estado. Há aqui um combate à burocracia e uma estratégia clara de simplificação. Uma agilização do cruzamento de informação com os mais diversos organismos do Estado e um combate também mais eficaz à ilegalidade que, pela primeira vez, introduz a valência da segurança no que se refere aos quadros técnicos exigíveis para qualificar as empresas que operam neste mercado.

Mas existe mais matéria legislativa que o Governo está a promover no sentido de tornar este mercado mais transparente e eficiente. Por Despacho dos Ministros da Segurança e do Trabalho e das Obras Públicas foi constituído um grupo de trabalho incumbido, entre outras tarefas, de proceder à revisão do Regulamento da Segurança do Trabalho na Construção Civil, aprovado pelo Decreto 41821, de 11 de Agosto de 58, já lá vão 45 anos. Este grupo de trabalho já terminou a preparação de um ante-projecto de Decreto-Lei que aprova um novo Regulamento da Segurança e Saúde do Trabalho na Construção Civil, estando em análise já algumas propostas de alteração que recebemos após os quais seguirá para apreciação pública. Sobre esta matéria não deixo de recordar também a recente publicação do Decreto-Lei 206/2003 que veio rever e aperfeiçoar os princípios que devem assentar a organização e o planeamento da segurança dos estaleiros temporários ou móveis. Neste quadro da contextualização legal da actividade de construção, também os concursos têm que merecer da nossa parte uma atenção especial. E é nesse sentido que estamos a promover a revisão do Decreto-Lei 59/99, o novo Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas, que virá pela primeira vez em matéria legislativa acompanhado de um Manual de Procedimentos.

Já está em fase avançada a proposta de revisão do “59/99”, tendo já circulado entre os vários agentes do sector e recolhido contributos de todos os que têm um papel interventivo nesta matéria. Estamos agora a introduzir adaptações finais, tendo em conta adequá-lo à nova Directiva sobre as adaptações de procedimentos europeus em termos de contratação em matéria de obras públicas. É uma Directiva que já foi aprovada pelo Conselho e no Parlamento, aguardando-se para muito breve a sua publicação. Assim, acha o Governo que

não faz sentido estar agora a publicar o novo Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas e ter uma Directiva a sair uns dias depois, forçando a novas adaptações. Sabendo nós que ela já foi aprovada, quer no Parlamento quer no Conselho e portanto que está a dias de entrar em vigor, antecipamo-nos e vamos incluir já neste novo Regime Jurídico estas imposições da Directiva sobre a adaptação de procedimentos em matéria de contratação pública.

Portanto, asseguro-lhes que teremos brevemente um novo Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas. E como diz hoje o Senhor Presidente da AICCOPN, Senhor Rui Viana, com isto e com o arrendamento fecharemos o tal ciclo legislativo que eu sei que tem sido preocupação das entidades do sector.

De destacar também a recente entrada em vigor do Decreto-Lei 6/2004 que estabelece o novo Regime de Revisão de Preços das Empreitadas de Obras Públicas e Particulares, e com o qual se procedeu a uma nova organização espacial dos índices de mão-de-obra, permitindo abandonar a actual matriz distrital, da mesma forma que estendendo o limite mínimo do coeficiente de actualização de 3% para 1%. Deste modo julga-se ter-se restabelecido um equilíbrio que importa garantir ao sistema de revisão de preços, para lhe conferir a equidade de que necessita para poder ser considerado um verdadeiro mecanismo de compensação de custos de factores que as partes contratantes não podem conhecer na fase da elaboração das propostas e da celebração dos contratos. Outra das novidades deste novo regime de Revisão de Preços prende-se com a possibilidade de ter indicadores de mão-de-obra nacionais que possam ser aplicados a todo o Continente em vez da actual situação dos 18 distritos que se tem revelado extremamente distorcida no seu comportamento. Há casos até em que uma obra que se prolonga por mais do que um distrito e que tinha essa mesma obra duas formas diferentes de fazer o cálculo da revisão de preços, o que não nos parece que faria muito sentido. Em todo este processo da revisão legislativa há uma clara intenção de simplificar e agilizar os procedimentos e responsabilizar as partes envolvidas no sector por forma a torná-lo mais transparente e eficaz. Trata-se de uma reforma cujos efeitos se farão sentir a prazo, mas em que houve uma grande aposta em procurar com seriedade e rigor soluções inovadoras que venham a criar condições para melhores resultados e desempenhos.

Todos sabemos que se viveu um período de menor actividade no sector da construção e que o seu crescimento e modernização terão que se fazer com o empenho e o compromisso de todos os agentes. Estou convicto que o enquadramento legislativo que o Governo tem estado a promover para introduzir normas mais rigorosas para o sector irá significar um novo fôlego para o mercado da construção, aliás como é hoje reconhecido pela generalidade dos agentes do mercado. E estou convencido também que os sinais de retoma que agora se começam a sentir na análise da economia à escala global irão repercutir-se também neste mercado. Hoje é inequívoco, independentemente das opções políticas dos diferentes economistas e analistas, de que a retoma está aí. A divergência é se é neste trimestre, se é no trimestre seguinte ou se é num semestre ou noutro. Mas hoje ninguém tem dúvidas que, passado o período de reorganização das contas públicas, passado o período de pôr as contas em ordem, o país está hoje melhor preparado para um crescimento sustentado e que ele se avizinha.

E há sinais de que o sector também está a viver expectativas mais optimistas em relação ao futuro. Aliás, folgo em saber que os inquéritos de conjuntura relativos ao mês de Fevereiro realizados quer pela AICCOPN quer pela AECOPS são reveladores que há abrandamento no clima de pessimismo que se tem vivido no sector e que há uma melhoria no indicador das expectativas futuras das condições de actividade, em boa parte também pelos resultados verificados pelas empresas ligadas ao mercado das obras públicas. Com efeito, este segmento de actividade foi penalizado em 2003, mas digo hoje que as expectativas do sector têm fundamento. E, sem descurar a consciência pública de que atravessamos um período de contenção orçamental, devemos-lo interpretar, não como um período de desinvestimento, mas como uma conjuntura em que mais do que nunca é necessário direccionar os dinheiros públicos para onde eles são realmente necessários e se traduzem em desenvolvimento para o país.

Os investimentos, nomeadamente no sector nas obras públicas, vão continuar a ser efectuados, sendo isso confirmado pelos investimentos previstos em 2004 para os vários sectores da tutela das obras públicas, através dos organismos que lhe estão directamente dependentes. A título de referência e para que avaliem o impacto e o significado do que estou a referir, em 2004 vão iniciar-se (não vão ser lançadas, estou a falar de obras de que já foram lançados os concursos) obras no sector rodoviário no valor de 1.690 milhões de

euros. Isto é o resultado de concursos que foram lançados nos últimos meses. Para o sector aeroportuário no valor de 118 milhões de euros. Para o sector portuário no valor de 262 milhões de euros. E a estes valores não estão adicionados os valores previstos relativos a obras a lançar em 2004 e que, naturalmente, se repercutirão com mais intensidade no próximo ano e nos anos subsequentes.

No âmbito da tutela dos transportes também é importante referir que em Portugal decorre a maior obra pública da Europa, o Metro do Porto. E, só para o presente ano, o Metro do Porto vai investir 403 milhões de euros. Não vos falo do TGV (que foi aqui referido) porque o programa para a construção foi apresentado publicamente e portanto é já conhecido. Foi o Governo que o apresentou, sendo já hoje conhecido com datas o programa de construção desta importante obra. Espero, Senhor Presidente da AICCOPN, com isto responder às dúvidas que colocou na sua intervenção. Os sinais contraditórios que referiu não são emitidos pelo Governo mas pelos analistas da praça que interpretam aquilo que vai sendo dito por formas diferentes. Vale a pena lembrar que relativamente à OTA, o Programa do Governo para esta legislatura refere que a OTA não terá qualquer desenvolvimento durante esta legislatura e, portanto, nós não percebemos porque é que de vez em quando há confusão na comunicação social e porque, de vez em quando, se abana com esta questão, porque está dito, está no Programa do Governo, está assumido. Portanto, nesta legislatura não haverá qualquer desenvolvimento do Aeroporto da OTA pelas razões que são conhecidas e que eu não vou aqui aprofundar.

Vale a pena ver hoje também declarações de outros responsáveis do sector que referem, de facto, que aquilo que se está a passar no sector da construção é bastante diferente daquilo que se previa que se viesse a passar, sobretudo atendendo aos tais sinais que vão aparecendo mas que não são emitidos pelo Governo e às tais análises, sobretudo estatísticas, que de vez em quando se fazem e que levam a conclusões que não se traduzem depois na realidade. De facto, a realidade é que as empresas tiveram resultados superiores àquilo que esperavam e que, sobretudo desde Junho para cá, há uma enorme quantidade de concursos que têm sido abertos, prova de que não se pode falar em desinvestimento público.

Mas eu julgo que o sector não pode apenas depender dos concursos que são lançados pelo Estado. O mercado de reabilitação é um bom exemplo de diversificação da actividade de construção civil e é um segmento que as empresas nacionais devem explorar cada vez mais. Aliás, basta compararmos. Tenho-o referido e volto a referir aqui a sua representatividade nacional face a alguns países europeus. Em Portugal o mercado de reabilitação urbana na área da construção civil representa 4 ou 5% do sector da construção civil, ao passo que a média europeia se situa nos trinta e quatro por cento. Na vizinha Espanha, geograficamente mais perto, o índice que representa a reabilitação no sector da construção civil é de 23%. Portanto temos aqui uma enorme margem de crescimento num mercado que há que explorar porque, volto a repetir, o sector não pode depender só dos concursos que são lançados pelo Estado.

Não vos vou falar também, das possibilidades que se abrem com o alargamento da União Europeia, com as potencialidades desses novos mercados ou com outros mais próximos como sejam os mercados do continente africano. Sabem o que penso sobre a vantagem de utilizar a capacidade instalada das empresas portuguesas, que é excedente para as necessidades do país. O país esteve numa altura em que de facto necessitou de toda esta capacidade instalada que as empresas portuguesas têm. Hoje não tem mais necessidade disso por razões várias. Primeiro porque tem menos necessidades do que tinha (as coisas vão sendo feitas) e, depois, porque aquilo que falta fazer é para ser desenvolvido de uma forma mais gradual. E, portanto, este excedente de capacidade relativamente às necessidades do país deve ser aplicado noutros mercados.

Eu, a convite da AICCOPN, tive o privilégio de acompanhar esta Associação numa missão empresarial à Argélia e tivemos também a oportunidade de debater esta questão. O Governo tem vindo a fazer aquilo que lhe compete, que é abrir portas, no sentido de, através da tal diplomacia económica, permitir esta relação com outros países e a abertura a outros mercados. Têm sido convidados para vir a Portugal Ministros de Obras Públicas de diversos países. Ainda recentemente, há 15 dias, esteve cá o de Angola. Já cá esteve o de Cabo Verde, o da Argélia, da Tunísia e de Marrocos. Estivemos já no Leste, também. Este é o papel que o Governo tem que fazer relativamente à internacionalização das empresas e eu sei que a AICCOPN está consciente disso. Temos aberto estas portas, temos convidado os Ministros para virem cá, sobretudo para conhecerem a capacidade das empresas

portuguesas, conhecerem as Associações e os nossos organismos e perceberem como é que o país e as empresas os podem ajudar. Temos, também, promovido a visita depois a esses mesmos países. Eu ainda há pouco, a propósito da feira FICNI que estava aqui a ser divulgada, referia que tivemos a manifestação de vontade do Governo de Angola para a realização ainda este ano, em Outubro próximo, de uma feira de materiais de construção portugueses, em Angola. O Governo está a desenvolver esse trabalho com Associação Empresarial AEP no sentido de se criarem condições para se permitir também esse espaço de exposição e abrir canais dessa forma. Importa pois transformar o mundo da construção.

Estamos a dar o nosso contributo para tornar o sector mais atractivo, mas temos que ter a noção de que um cenário mais favorável para o futuro requer o empenho e a colaboração de todos os que nele intervêm. Na certeza de que é possível acontecer esse diálogo, estou convicto que o mercado da construção só poderá ganhar os desafios do futuro com um enquadramento legal mais adequado, maior cumprimento, fiscalização mais eficaz e maior envolvimento dos agentes rumo à qualificação.

Resta-me renovar o agradecimento ao convite da AICCOPN para me associar a esta iniciativa e os merecidos parabéns por proporcionar um espaço de debate deste teor aos seus Associados.

Muito obrigado.